1.a PARTE

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E O SISTEMA CAPITALISTA

1 — O BRASIL PASSA POR GRANDES MUDANÇAS

Em nosso primeiro caderno
sobre a história da classe operária no Brasil

estudamos o que se passou
com os trabalhadores brasileiros
no tempo da colônia e do império, desde 1500,
até a abolição da escravatura, em 1888.

Vimos também como o fim da escravidão
trouxe uma grande mudança
para a economia do Brasil
e para a vida dos trabalhadores.
Mesmo que a gente hoje diga
que o operário brasileiro vive numa escravidão,
sabemos que as condições de vida dos operários
são muito diferentes da vida dos escravos.

Estamos lembrados de que
quando terminou a escravidão no Brasil, em 1888,
esta era a situação da indústria e dos trabalhadores:

Os ricos fazendeiros de café,
comerciantes e capitalistas estrangeiros
com dinheiro de sobra,
com bastante capital nas mãos,
e querendo ter mais lucros.
Por isso eles começaram a desenvolver
vários tipos de indústria,
onde eles eram donos de tudo:
dos meios de produção (máquinas,
ferramentas, prédios),
da matéria prima e do produto,
e até das mãos dos trabalhadores
que eles compravam a troco de salário.

Uma verdadeira classe operária nascendo
em condições de vida muito duras:
trabalhadores donos apenas de sua força de trabalho,
tendo que sustentar a família,
sem possuir os outros meios necessários

para poder produzir,
obrigados a vender sua força de trabalho
pelo salário que o capitalista queria pagar,
perdendo todo o direito
sobre o produto de seu trabalho.
Não existia nenhuma lei de proteção ao trabalho,
nem contra acidentes, nem horário de trabalho,
nem férias, nem garantia nenhuma, nada.
Por isso, desde o berço,
a classe operária já começou lutando,
para se organizar e se defender.
Até o momento da abolição,
o tipo de organização era "mutualista",
isto é, de ajuda mútua,
para se ampararem uns aos outros
nos momentos de necessidade.
Mas já naquele momento
os operários iam descobrindo
que sua dura condição de vida
vinha da injustiça do sistema
da indústria capitalista,
isto é, o modo pelo qual
os grandes e poderosos
organizavam a produção e distribuição
dos bens materiais produzidos.
Por isso, aos poucos sua luta ia mudando
e eles começaram a exigir seus direitos
contra o interesse dos patrões.

Logo após a abolição da escravatura
essa mudança no movimento operário
se tornou mais forte e mais rápida,
de modo que se pode dizer
que aí terminou o tempo do mutualismo puro,
e começou o tempo da "resistência",
em que os trabalhadores se organizaram
para resistir à injustiça do capitalismo
e para reivindicar e exigir seus direitos.

É esse tempo,
da **resistência** operária no Brasil
que vamos estudar neste segundo caderno.

MUDANÇAS NA ECONOMIA E NA POLÍTICA

É claro que a abolição da escravatura

trouxe muita mudança
principalmente para os grandes fazendeiros
plantadores de café ou outras lavouras.
Perdendo os escravos,
tinham que contratar assalariados
para o trabalho nos cafezais.
Muitos dos antigos escravos não queriam mais
trabalhar nas fazendas onde tanto sofreram,
nem mesmo a troco de salário.
Os fazendeiros tiveram então
que contratar imigrantes estrangeiros,
portugueses, espanhóis, italianos,
alemães, japoneses, e outros.
Mas esses estrangeiros, não aceitavam
as mesmas condições de vida e trabalho
que tinham os escravos.
Sabiam protestar e exigir seus direitos.

Os fazendeiros se consideravam prejudicados
com a abolição da escravatura,
e por isso retiraram o apoio
que sempre tinham dado
ao governo do Imperador Pedro II.

Até esse momento,
o governo do Brasil estava nas mãos
do Imperador Pedro II que recebeu o trono
como herança de seu pai Pedro I.
O Brasil era uma monarquia,
governado por uma só família
que ia passando o poder de pai para filho.
A monarquia brasileira
contava com o apoio e a participação no governo
dos grandes proprietários rurais.
Quando os proprietários ficam descontentes
e deixam de apoiar o imperador e a monarquia,
apressa-se uma outra mudança importante
na política do país,
a mudança de monarquia para república.

3 — AS IDÉIAS REPUBLICANAS

Já havia muito tempo
as idéias republicanas
eram conhecidas e pregadas no Brasil.

Muitos brasileiros desejavam
que em lugar da monarquia
o Brasil tivesse um presidente
escolhido pelo voto do povo.
Já desde antes da independência
e durante o império
houve em várias partes do Brasil
tentativas de revoluções republicanas,
principalmente em Pernambuco
e no Rio Grande do Sul.
Mas o governo imperial
até então tinha conseguido se manter.

Existia mesmo um Partido Republicano
que conseguia eleger alguns deputados e senadores.
Mas a maioria dos deputados e senadores
ainda eram monarquistas,
principalmente grandes senhores de terras.

4 — A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Mas, por várias razões,
muitos grupos da sociedade brasileira
iam-se tornando republicanos,
descontentes com o império.

A pequena burguesia industrial
que estava nascendo e queria se firmar
era contra o imperador que favorecia
mais aos interessados dos proprietários rurais;
a Igreja católica também tinha tido
uma séria questão com o governo:
depois da abolição,
também os proprietários rurais
ficaram contra o governo imperial
principalmente porque a abolição da escravatura
foi feita sem indenização
para os senhores que perderam seus escravos.

Finalmente, também os militares
entraram em questão com o governo imperial,
e, contando com o apoio de todos os republicanos,
proclamaram a República do Brasil
no dia 15 de novembro de 1889.

O imperador teve que deixar o Brasil,

com toda a sua família,
e o Brasil passou a ser governado
primeiro por um governo provisório,
e depois por presidentes eleitos.

Terminava assim, um império que durou 67 anos,
desde a independência, em 1822,
até à proclamação da República, em 1889.

5 — COMO ANDAVA A ECONOMIA DO BRASIL

Embora houvesse mudanças,
algumas coisas continuavam as mesmas
na economia do Brasil.
Sobretudo, como nos tempos da colônia,
a grande produção do país
continuava sendo de produtos agrícolas
para serem enviados para fora do Brasil.
Dissemos que a indústria tinha crescido,
mas toda a sua produção junta
era quase nada
em comparação com a produção
de mercadoria agrícola para a exportação.

A cana de açúcar tinha perdido sua importância,
mas o café tomou seu lugar,
e mais dois novos produtos:
o cacau e a borracha.

A imensa maioria do capital
e dos trabalhadores do país
era empregada para produzir esses gêneros.

6 — A IMPORTÂNCIA DOS TRABALHADORES

O desenvolvimento dessas lavouras
seria impossível
sem a presença dos trabalhadores
para fazer a terra produzir.
Por isso os fazendeiros e o governo
ofereciam grandes facilidades
e faziam muita propaganda
para atrair imigrantes europeus
para trabalhar no Brasil.
Assim, chegavam a cada ano

milhares de proletários europeus
principalmente para os cafezais.

Para explorar a borracha da Amazônia,
também eram precisos trabalhadores.
A Amazônia era despovoada,
e por isso, os capitalistas da borracha
levavam para lá os nordestinos
castigados pelas secas
sem esperança de melhoria em sua terra.

O mesmo se passava com o cacau.

Mas eram tão ruins as condições
de trabalho e pagamento
que esses trabalhadores encontravam
que, se dependesse só deles,
não ficariam muito tempo nas fazendas
ou nos seringais.

Para reter os trabalhadores,
e ter mão de obra garantida
como no tempo da escravatura,
os proprietários inventaram um sistema:
a "venda", o "barracão", isto é,
o endividamento do trabalhador.

Sendo as fazendas e seringais
afastados das cidades
e o transporte difícil.
era o proprietário que tinha meios
para providenciar o fornecimento
dos gêneros de primeira necessidade
para a manutenção dos trabalhadores.
Mas colocava preços tão altos nesses gêneros
que para sustentar a família
o salário do trabalhador não dava.
O patrão, então, fazendo-se de bom,
vendia fiado aos trabalhadores,
de maneira que estes estavam sempre
em dívidas para com ele.
Assim, gostassem ou não gostassem,
os trabalhadores ficavam presos à fazenda,
porque se fossem embora com dívidas
seriam presos como ladrões.

Com os imigrantes europeus,
não era tão fácil fazer isso.
Sabiam ler, muitas vezes,
podiam controlar
suas contas com o patrão.
Sabiam protestar,
e contavam com a proteção
dos cônsules que representavam
os governos de seus países.
Notícias de maus tratos
contra os imigrantes dos cafezais
saíam nos jornais da Europa
e prejudicavam os interesses
dos fazendeiros brasileiros,
diminuindo a imigração.

Por isso, no caso dos imigrantes
nem sempre os fazendeiros
conseguiam prendê-los nas fazendas,
e muitos acabavam deixando o Brasil
ou tornando-se operários nas cidades.
Mas a constante chegada de novos imigrantes
compensava, nos cafezais,
a falta dos que iam embora.

7 — O CAPITALISMO TOMA CONTA DE TUDO

Tendo-se acabado completamente a escravidão,
começa a reinar em todo o país,
em quase toda a economia brasileira,
o **modo capitalista de produção.**

Isto quer dizer
que em qualquer setor econômico,
em qualquer situação
onde os homens trabalhavam e produziam juntos,
a organização era a seguinte,
de um lado os capitalistas,
de outro lado os proletários:

A. **Uma minoria de ricos, os capitalistas,
proprietários de tudo,
de todos os meios de produção:**

1. da terra, para a agricultura,

2. dos armazens e lojas,
dos estoques de mercadoria,
dos meios de transporte
para o comércio.

3. das instalações, matéria prima,
ferramentas e máquinas
para a indústria.

B. **Uma grande maioria de proletários,**
tendo de vender sua força de trabalho,
aos fazendeiros, comerciantes, industriais.

Os patrões entregando aos trabalhadores,
apenas uma parte mínima
do que os trabalhadores produziam,
apenas o suficiente
para não cairem mortos de fome,
e continuarem produzindo.
Isto era o **salário.**

Os patrões guardando para si
todo o resto, a maior parte
do fruto do trabalho dos operários.
Essa diferença entre o que o trabalhador produzia,
e aquilo que ele de fato recebia,
chama-se **Mais-valia,**
e vai para os cofres do patrão,
aumentando seu capital.

Os patrões podendo resolver,
por sua própria conta,
e conforme seus próprios interesses,
o que, como, quanto e para quem produzir.
Assim, não produziam
em primeiro lugar
os produtos que o povo brasileiro
estava necessitando.
Davam preferência aos produtos
que pudessem vender com mais lucro,
fosse dentro ou fora do país,
fosse para quem fosse.

Os trabalhadores é que gastavam
todas as suas forças no trabalho,

para produzir mercadorias
que eles mesmos não podiam aproveitar.

Era essa a organização
que se instalava e fortalecia no Brasil
com o fim da escravatura
e a chegada da República.

O governo era controlado pelos capitalistas,
no começo da república;
eram especialmente os capitalistas da lavoura,
os latifundiários que governavam.

As leis, as obras públicas,
os funcionários, a polícia
e as forças armadas,
servindo aos interesses do capitalismo.

8 — COMO OS ESTRANGEIROS CONTINUAVAM GANHANDO

Outra coisa que não mudou,
mas só cresceu e se aperfeiçoou,
foi a exploração feita
pelos outros países capitalistas,
mais ricos e poderosos,
sobre a economia do Brasil.

Esses países imperialistas,
principalmente a Inglaterra
e agora também os Estados Unidos,
com mais outros países europeus,
faziam o que podiam
para dominar e tirar proveito
da economia dos países mais fracos,
possuindo assim um império econômico.

Continuavam
a tirar daqui nossas riquezas,
descapitalizando em grande parte o Brasil,
quer dizer, impedindo o Brasil
de ajuntar riquezas, dinheiro.
Faziam isso de vários modos:

1. Continuava o comércio desigual,
os produtos deles encarecendo,

os nossos barateando,
e eles ganhando na troca.

2. Através de seus bancos,
emprestavam dinheiro ao governo
ou a empresários brasileiros
e recebiam de volta com juros altos.
Além disso, como o Brasil nem sempre
conseguia pagar logo a dívida,
os capitalistas estrangeiros
ficavam com o poder de exigir
medidas do governo para favorecer
seus interesses no Brasil,
em troca de maior prazo de pagamento.

3. Estabeleciam aqui
filiais e representantes
de suas firmas, dominando todo o comércio,
tanto da importação
quanto da própria exportação do café
e outros produtos.

4. Estabeleciam aqui, com seus capitais,
indústrias, companhias de seguros,
e outras empresas,
levando embora todo o lucro,
a mais-valia produzida pelos brasileiros,
que logo era muito maior
do que o capital que eles tinham trazido.

5. Dominavam praticamente
todas as empresas de transportes,
de eletricidade, de água, gás e telefone.
Muito lucravam com isso
e podiam controlar e impor sua vontade
em todos os ramos da economia nacional.

Assim, embora se trabalhasse muito no país,
e a produção já fosse muito grande,
a capitalização continuava difícil,
era difícil ajuntar dinheiro
para criar novas indústrias,
como vamos ver.

9 — O GOVERNO PRECISAVA DE DINHEIRO

O governo da República, como todo governo,
precisava de dinheiro.
Precisava muito dinheiro
para fazer obras públicas,
principalmente portos, estradas,
tudo o que facilitasse
e tornasse mais barato o transporte
das mercadorias que eram exportadas,
principalmente do café.
Isso era indispensável
para o crescimento da economia do país
e sobretudo para o crescimento
do lucro dos grandes proprietários
que tinham o poder político.

Além da realização de obras,
o governo necessitava dinheiro
para emprestar aos fazendeiros
que tinham tido prejuizo
com a abolição da escravatura
e queriam uma compensação do governo
na forma de empréstimos vantajosos.

Também para pagar seus funcionários,
o governo necessitava muito dinheiro.
Sabemos que era um governo
que atendia aos interesses
das classes de ricos proprietários.
Eles precisavam que a classe média
embora fosse pequena no Brasil
apoiasse a sua política.
Conseguiam isso oferecendo-lhe
bons empregos no funcionalismo público
e outros favores.
Para dar emprego a todos os amigos,
clientes, afilhados e protegidos
dos políticos e proprietários influentes
criavam-se uma grande quantidade
de empregos públicos.

Enfim, por essas e outras razões,
o governo da jovem República
precisava de muito dinheiro

e procurava obter esse dinheiro
por diferentes modos:

10 — O GOVERNO FABRICA DINHEIRO

Logo nos primeiros anos do novo regime,
o governo começou a fabricar dinheiro
em grande quantidade.
Imprimia dinheiro novo
e o emprestava fartamente
a fazendeiros e industriais.
Acontece que sempre que o governo
faz assim, uma grande emissão de dinheiro,
os preços dos produtos no mercado sobem,
e o salário não acompanha a subida;
o custo de vida sobe de repente.
Há dinheiro demais, porém artificial,
que não corresponde a um aumento real
na produção de riqueza verdadeira,
isto é, de produtos úteis ao país.
É a inflação.
Foi o que aconteceu logo no início da República.

Além da emissão de dinheiro,
o governo recorreu também
a grandes empréstimos
pedidos aos bancos estrangeiros.
Não só o governo federal,
mas também os estados e municípios
pediam empréstimos estrangeiros,
ficando o Brasil muito endividado.

11 — AS TAXAS DE ALFÂNDEGA

Outro modo que o governo tinha
para conseguir dinheiro,
eram os impostos.
Havia porém um problema:
quem possuía mais riquezas,
e portanto poderia pagar mais impostos,
eram os grandes fazendeiros.
Entretanto, quem mandava no governo
eram esses mesmos fazendeiros
que não permitiam que se cobrasse
imposto sobre a terra.

A indústria ainda era tão pequena,
em comparação com o tamanho do país,
que os impostos que ela podia pagar
era muito pouco para manter o governo.
A grande massa do povo,
de trabalhadores rurais e operários,
não teria com que pagar impostos.

Assim, o principal imposto
que o governo arrecadava
era a taxa de alfândega,
ou taxa aduaneira.
Era uma taxa que os comerciantes
tinham que pagar ao governo
por toda a mercadoria que eles importavam,
isto é, que compravam do estrangeiro
e entrava pelos portos do Brasil.
A taxa não era igual para todos os produtos.
Variava de produto para produto,
e às vezes era eliminada.
O governo podia aumentar ou diminuir essas taxas
conforme desejasse.
É claro que a taxa paga ao governo
era incluída no preço do produto
quando era vendido ao consumidor brasileiro.
Assim, o comerciante não perdia nada,
e era o povo que na realidade pagava o imposto,
comprando o produto mais caro.

Se lembrarmos que quase toda a terra
que era cultivada no Brasil
estava ocupada pelo café, cana de açúcar,
cacau, e outros artigos
que não serviam para alimentar o povo
mas sim para ser exportados,
vamos entender porque
uma imensa quantidade e variedade
de produtos necessários
para a sobrevivência do povo brasileiro
vinha importada de fora do Brasil.
Assim, desde os gêneros alimentícios
até vestuário e ferramentas,
vinham de fora, pagavam taxa alfandegária
e custavam sempre mais caro para o povo.

12 — CORRE DINHEIRO NO PAÍS

Com tudo isso, naqueles primeiros anos,
havia no Brasil rios de dinheiro
que corriam nas mãos dos ricos,
e escapavam depressa das mãos dos trabalhadores.

Foi um período
de verdadeira loucura financeira
entre os capitalistas e os políticos.
Era uma febre de ganhar dinheiro
e enriquecer do dia para a noite.
Com a facilidade de conseguir
grandes empréstimos do governo
empresários e aventureiros faziam planos,
projetavam novas indústrias,
muitas impossíveis de ser realizadas.

O dinheiro passava de uma mão para outra,
uns faziam fortuna em poucos dias,
outros perdiam tudo de uma vez.

13 — A INDÚSTRIA VAI CRESCENDO

A indústria para desenvolver-se
necessita dinheiro acumulado, capital.
Com aquela situação criada no Brasil,
aumentou muito o número de indústrias.
Muitos dos projetos industriais
fracassaram, mas outros vingaram.
Alguns faziam grandes encomendas
de máquinas estrangeiras
confiados no dinheiro fácil.
Quando as máquinas chegavam ao porto
não tinham condições de pagá-las.
Mais tarde eram vendidas a outros
por preços muito mais baixos.
Assim, aos trancos e barrancos,
ia se desenvolvendo a indústria.

O café, naquele momento,
tinha bons preços no mercado internacional.
O Brasil era praticamente o único produtor.
Os fazendeiros ganhavam muito com isso.

Acumulavam capital,
e muitos o empregavam
também para criar indústrias,
procurando outras fontes de lucro.

Além disso, havia capitalistas estrangeiros
que começaram a ver vantagens
em empregar seu capital
em indústrias no Brasil.
Queriam usar a matéria prima daqui
e aproveitar o mercado consumidor
que estava aumentando no país
sem ter despesas com transportes.
Além disso, a mão de obra
era bastante e barata aqui.

Além de todos esses fatores
aqueles capitalistas
que já vinham havia mais tempo
explorando o trabalho barato
dos trabalhadores brasileiros,
já tinham lucrado muito com isso,
aumentando seu capital
e alargando suas indústrias.

Foi assim, que nos primeiros anos da República,
a indústria cresceu muito:

No fim do Império,
havia cerca de 600 indústrias no Brasil.
De 1890 a 1895, foram fundadas
425 novas fábricas.

Entretanto, a desordem financeira
tinha chegado num tal ponto,
que o governo de Campos Sales
decidiu tomar sérias medidas
para por ordem na economia.
Cortou os empréstimos,
aumentou os impostos.
Durante alguns anos,
sobretudo até 1902,
ficou paralizado o aumento da indústria,
recomeçando um pouco depois.

14 — A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO

Mas não foi sem lutas e dificuldades
que se deu o crescimento da indústria.
Para os grandes fazendeiros
que viviam da exportação
da produção agrícola,
e para os grandes comerciantes,
que viviam da importação
de produtos de consumo do exterior,
não era interessante naquele momento
o desenvolvimento da indústria nacional.
Também os países capitalistas
que vendiam seus artigos
para o mercado brasileiro
não queriam a concorrência
da produção nacional,
que diminuiria ou até acabaria
com a importação de bens de consumo.

Por outro lado,
a burguesia industrial do Brasil,
e uma parte dos políticos
que tinham interesse na indústria
precisavam da proteção do governo
para poder manter suas empresas.

Assim, entre os próprios capitalistas
e seus representantes no governo
havia uma luta constante,
alguns a favor, outros contra a industrialização.

15 — QUEM ESTAVA A FAVOR

A dificuldade para os industriais
estava no fato de que,
sendo novas, pequenas e inexperientes
as indústrias brasileiras
não podiam produzir mercadoria
tão perfeita e nem tão barata
quanto as indústrias estrangeiras
já muito mais avançadas.

Enquanto os produtos estrangeiros
tivessem entrada livre no país,

a produção das fábricas brasileiras
não podia agüentar sua concorrência,
e era obrigada a vender sua mercadoria
ao preço igual ou menor
que os produtos estrangeiros,
com pouca margem de lucro.
Qualquer indústria capitalista
para poder crescer
tem que vender logo toda a sua produção,
não pode ficar com mercadoria encalhada.
Mas, naquelas condições,
a população dava preferência
aos produtos estrangeiros.

Por isso, a burguesia industrial do país
achava que o único jeito
para poder se desenvolver
era uma ajuda do governo.
Queriam que o governo
aumentasse a taxa alfandegária
dos artigos estrangeiros
semelhantes aos produzidos aqui.
Assim, a população daria preferência
à produção nacional
que poderia então ser vendida
a preço mais baixo do que os artigos importados.

Além disso, queriam que o governo
fornecesse empréstimos às indústrias.

É claro que, ao defender essas medidas,
a burguesia não apelava somente
para a sua necessidade de ter lucro.
Baseava-se na idéia de que
para o bem e desenvolvimento da nação,
a indústria era necessária,
que ela daria emprego ao povo,
e livraria o país
da dominação econômica de outros países.
E a burguesia tinha razão ao dizer isso,
porque eram os países estrangeiros
que decidiam do preço dos produtos,
e, como vinha acontecendo
desde o tempo da Colônia,
iam diminuindo os preços

dos nossos produtos agrícolas
e aumentando os preços
dos produtos industrializados que vinham de fora.
Assim, após alguns anos,
vendendo-se a mesma quantidade de café,
não se podia mais comprar a mesma quantidade
de artigos estrangeiros.
A falta de indústria no Brasil
facilitava a exploração estrangeira,
a exploração imperialista
sobre o nosso país.

16 — QUEM ESTAVA CONTRA

Os comerciantes, porém,
que eram intermediários
entre as empresas estrangeiras
e o mercado brasileiro
tiravam muito lucro desse comércio,
e, é claro, não queriam mudança.
Também os grandes fazendeiros,
que produziam só para exportar
levavam vantagens com essa situação.

Mas nem comerciantes nem fazendeiros
defendiam sua posição
revelando claramente seus interesses.
Também eles apresentavam argumentos nacionalistas,
isto é, diziam que estavam defendendo
apenas os interesses do país
e da população brasileira.
Diziam que se o governo
aumentasse as taxas de alfândega
para proteger a indústria nacional,
quem ia sofrer era o povo
obrigado a comprar gêneros de primeira necessidade
por preços muito mais altos
do que se fossem importados sem impostos.

A verdade é que para os fazendeiros
interessava que o custo de vida fosse barato
para que não tivessem que aumentar os salários,
de modo que não diminuisse seu lucro.
Mas não deixavam de ter razão
quando acusavam o protecionismo à indústria
de fazer subir o custo de vida.

17 — LIBERDADE CAPITALISTA: LUTA DE INTERESSES

Também entre os próprios industriais
havia lutas.
Isso porque a indústria que já existia
tinha sido criada sem planejamento,
de maneira desordenada,
conforme os interesses do capitalista
naquele momento.
Assim, em muitos casos,
a indústria nacional parecia
uma casa em que se começasse
a construir primeiro o telhado,
antes dos alicerces.

Por exemplo, em vez de se começar
criando siderúrgicas
para aproveitar nossa riqueza em minério
e produzir nosso próprio ferro,
tinhamos fábricas de pregos
que usavam como matéria prima
arame comprado já pronto
da indústria estrangeira.

Também a indústria de tecelagem
estava mais desenvolvida
do que a da fiação,
e os industriais têxteis
preferiam usar o fio estrangeiro
que era melhor e mais barato.
Por isso, os fabricantes de fios
queriam que o governo
aumentasse o imposto alfandegário
sobre o fio importado
para dar melhores condições de mercado
para a produção nacional.
Enquanto isso, os produtores de tecido
queriam que o governo
não cobrasse imposto do fio,
para que pudessem importar mais barato
a matéria prima para suas tecelagens.

A mesma coisa acontecia
entre os curtumes de couro
e os fabricantes de calçado.

Uns queriam que se taxasse alto
o couro importado,
enquanto os fabricantes de calçado
queriam comprar barato
o couro estrangeiro.
E assim por diante,
em vários ramos industriais
era grande a briga
entre os diferentes interesses.

18 — A INDÚSTRIA CRESCE DE QUALQUER JEITO

Como eram os grandes fazendeiros
que continuavam tendo mais poder político
no governo brasileiro,
de um modo geral,
eram eles que ganhavam a briga,
quando se tratava das taxas alfandegárias.

Entretanto, como o governo precisava dinheiro
para obras públicas
e para pagar os empréstimos estrangeiros,
acabava muitas vezes aumentando aquela taxa.
Isso tinha sempre o efeito
de favorecer alguns ramos da indústria,
mesmo que essa não fosse
a intenção do governo.

Além dessa questão dos impostos,
havia no Brasil
outras condições que facilitavam
um certo desenvolvimento industrial.

Vamos ver quais eram essas condições:

1. Já vimos que, apesar de tudo,
havia aumentado a acumulação
de dinheiro, de capital
nas mãos da minoria rica.
Havia dinheiro no país
procurando novas maneiras
de obter lucro.

2. Havia **mão-de-obra,**
bastante e barata,

uma massa de trabalhadores livres,
recentemente aumentada
pela abolição da escravatura
e alimentada pela chegada constante
de novos imigrantes europeus.

3. Aumentava assim a população
que recebia dinheiro
e tinha que comprar os bens necessários
para a sua sobrevivência,
o que representava um **aumento grande**
do mercado consumidor.

4. Principalmente para facilitar
a exportação do café,
e de outros produtos agrícolas,
haviam sido construídos
portos e ferrovias.
Isso facilitava muito
o transporte, a distribuição
e a comercialização da produção.

5. Crescia rapidamente
a instalação de usinas hidroelétricas
produzindo **energia elétrica,**
que possibilitava a instalação
de fábricas mais modernas
com máquinas elétricas que produziam mais
fazendo render muito mais para o capitalista
o trabalho de cada operário.

Com todos esses fatores ajudando,
a indústria brasileira
cresceu até que em 1907
o número de fábricas funcionando
já era de 3.258, com 150.800 operários.

19 — A INDÚSTRIA BRASILEIRA MUDA DE FEIÇÃO

Além de crescer nesse período
a indústria brasileira
também, mudou, modernizou-se,

Nos seus começos,
nos tempos da colônia e império,

a indústria brasileira
era quase unicamente de **manufaturas.**
Isto é, quase não usava máquinas
e se baseava praticamente
no trabalho manual dos operários
que não era muito diferente
do trabalho de qualquer artesão.
A grande diferença entre aquelas indústrias
e as oficinas dos artesãos
eram as **relações de produção:**
No caso dos artesãos livres
não havia relações de produção capitalista
porque os artesãos não tinham patrão,
e eram eles mesmos os donos
dos meios de produção, do seu trabalho e seu produto;
no caso da indústria,
todos os meios de produção.
e a produção mesma,
pertenciam ao capitalista
e os trabalhadores vendiam a ele
sua força de trabalho.

Além disso, pelo fato de trabalharem juntos,
cada um se especializando numa tarefa,
numa parte da produção,
os operários de indústria produziam mais
do que o mesmo número de artesãos
trabalhando isoladamente.
Quer dizer, **a produtividade** das indústrias
era maior do que a dos artesãos livres.

Entretanto já no fim do Império
e sobretudo no início da República,
essa situação se modificou.
As fábricas brasileiras
foram passando de manufaturas
para **maquinofaturas.**
Começaram a introduzir muitas máquinas
no seu processo de produção.
Essa mudança foi favorecida
pelo progresso técnico mundial,
pela presença de dinheiro bastante
para comprar novas máquinas estrangeiras,
e pela utilização da energia elétrica.

É claro que, com isso,
aumentava outra vez a produtividade.
O mesmo número de operários,
usando máquinas mais modernas
fazia uma produção muito maior.
Os salários continuavam os mesmos,
o mais baixo possível,
e aumentando a produtividade
aumentava em muito o lucro do capitalista.
Com isso, ampliava sua indústria
ou criava novas empresas.

Para essa mudança, colaborava também
a chegada dos imigrantes
que já tinham mais experiência
e habilidade técnica
do que os trabalhadores brasileiros
recem-saídos da roça.

2.a PARTE

A CLASSE OPERÁRIA, SEU MOVIMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO

20 — CRESCE A CLASSE OPERÁRIA

Assim como crescia a indústria,
crescia a classe operária.
Já era bastante grande
para ser capaz de organizar-se,
protestar, reivindicar.

Mas comparada com o resto da população,
com a massa dos trabalhadores rurais,
a classe operária era ainda uma pequena minoria,
concentrada nas grandes cidades do país,
sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro.

Durante o período que estamos estudando
desde a abolição até a 1a. guerra mundial,
cresceu muito a classe operária.

Em 1900, o Brasil tinha perto de 55.000 operários.
Em 1920, logo depois da guerra,
já chegava a 275.000 o número de operários.

É muito importante saber
que a imensa maioria desses operários
era formada por imigrantes estrangeiros,
principalmente espanhóis, portugueses,
italianos, alguns alemães e outros.
Em São Paulo, onde se encontrava a maior parte
da classe operária do país,
no ano de 1900
mais de 90% dos operários das indústrias
eram estrangeiros.
Até o fim da guerra, em 1918,
a classe operária brasileira
foi composta por uma maioria de estrangeiros.

Como os salários eram baixíssimos
e o custo de vida muito alto,
as mulheres e crianças

também eram obrigadas a trabalhar
para poder sustentar a família.

Em 1912, 67% dos operários
das indústrias têxteis de São Paulo
eram mulheres.
Em 1919, 50% dos operários de fábricas
eram menores de dezoito anos.

Os trabalhadores imigrantes estrangeiros,
em geral vinham para cá para trabalhar
na lavoura do café.
Mas logo se desentendiam com os patrões,
pois os patrões acostumados a ter escravos
não sabiam tratar trabalhadores livres,
e nem mesmo respeitavam os contratos
que tinham assinado com os imigrantes.
Assim, abandonando o campo,
os imigrantes iam para as cidades
e se empregavam nas indústrias.

Outros estrangeiros, já vinham
para trabalhar diretamente nas fábricas.
Muitos deles já tinham participado
nos países onde nasceram,
dos movimentos de luta operária,
e traziam idéias de justiça e liberdade,
assim também como sua prática de luta.
Já conheciam o sistema capitalista
e todas as formas de exploração que ele cria
e tinham conhecimentos de organização e luta.
Eram esses imigrantes
os operários mais especializados,
que eram empregados pelas indústrias
para o trabalho que pedia conhecimento do ofício,
habilidade e prática no uso de máquinas.
Os brasileiros, quase sempre
recém saídas da escravidão e do trabalho da roça,
eram empregados para os trabalhos

que não pediam especialização.

Os operários estrangeiros também
já tinham uma maior consciência
do seu valor como pessoas e do valor do seu trabalho.
Essa consciência faltava muitas vezes
aos brasileiros que acabavam de sair da escravidão,
onde nem mesmo eram tratados como gente.

Por todas essas razões,
grande parte do movimento operário
naquela época, no Brasil,
era animado e liderado por estrangeiros,
e muito influenciado
pelos movimentos e idéias da Europa.

21 — AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS OPERÁRIOS

Duras sempre haviam sido as condições
de vida e de trabalho
para os operários brasileiros.

E apesar das lutas iniciadas nos anos anteriores
praticamente nada tinha melhorado.
Até mesmo se agravava a situação.

No desejo de ganhar dinheiro rapidamente,
empregando um mínimo de capital
para conseguir o máximo de lucro,
os capitalistas instalavam suas fábricas
sem nenhum cuidado com os prédios.
Em qualquer casa velha, ou velho galpão
sem luz, abafados e sem instalação sanitária
eram os operários obrigados a trabalhar,
pelo menos doze horas por dia.

A grande maioria da classe operária
sofria em péssimas condições de saúde,
e a tuberculose e as doenças infecciosas

faziam milhares de vítimas entre os trabalhadores.

Os salários eram baixíssimos.
Com as crises econômicas que o país atravessava,
os preços subiam cada vez mais,
e o nível de vida dos operários
era praticamente de miséria.

Mesmo com as mulheres e crianças trabalhando
era quase impossível manter-se a família.
Não havia nenhuma garantia nem seguro,
nem assistência nem ajuda de espécie nenhuma
para o trabalhador que adoecia ou se acidentava.
O único auxílio que se podia conseguir
era o dos próprios companheiros
quando conseguiam se organizar entre si.

Uma vez doente o empregado era simplesmente
dispensado do trabalho sem direito a nada.

Os mais sacrificados eram as mulheres e crianças,
submetidos até ao trabalho noturno,
e recebendo salário ainda mais miserável
do que o dos homens.
Mas a isso tinham que se submeter,
pois a perda do emprego
significava miséria ainda maior.

As condições de habitação eram terríveis.
Tendo as cidades crescido de repente,
sem nenhum planejamento, sem instalações de higiene,
não havia lugar para que os operários
vivessem dignamente.
Encontrava-se a classe operária
obrigada a morar em condições miseráveis
nas favelas, mocambos e cortiços.
Famílias inteiras em um único quarto,
sem luz e sem água.
Também aí a tuberculose e as infecções encontravam
o melhor terreno possível para se espalhar.

A situação de saúde era tão ruim
que em 1904, na cidade do Rio de Janeiro,

o governo resolveu obrigar o povo a vacinar-se.
Decidiu também
destruir os velhos casarões da cidade ,
transformados em curtiços,
onde viviam milhares de famílias de trabalhadores;
achava o governo que aquelas casas
eram perigoso foco de doenças para a população.
Isso deixou desabrigadas milhares de famílias,
para as quais não foi oferecida
nenhuma outra espécie de habitação.
Esses fatos provocaram
uma grande revolta popular na cidade,
mas que foi finalmente abafada pelo governo.

Notícias que se encontram
nos jornais daquele tempo
podem nos dar uma idéia bem real
da dureza da situação do operariado:

O jornal "a Plebe", de 18 de setembro de 1919
dizia que os proprietários de uma fábrica têxtil
"despediram ontem, sem mais nem menos,
17 operários, todos eles já antigos na casa.
Procurando saber os motivos de tal gesto,
as vítimas puderam averiguar
que eles pretendem arranjar menores
para fazer o serviço,
porque as crianças são exploradas mais facilmente
e se contentam com pequena remuneração."

Em 1917, um jornal de São Paulo contava:

"Assistimos ontem à entrada de cerca de 60 pequenos,
às 19 horas, na sua fábrica da Mooca.
Essas crianças, entrando àquela hora,
saem às 6 horas
Trabalham, pois, 11 horas a fio,
em serviço noturno,
apenas com um descanso de 20 minutos
à meia noite.
O pior é que elas se queixam
de que são espancadas pelo mestre de fiação.
Muitos nos mostraram
equimoses nos braços e nas costas.
Alguns apresentam mesmo

ferimentos produzidos com uma manivela.
Uma há com as orelhas feridas
por continuados e violentos puxões.
Trata-se de crianças de 12, 13 e 14 anos"

Um outro jornal contava
de "uma operária de seis anos de idade"
que ficou deformada porque foi apanhada por uma máquina.

22 — A SITUAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES

Se essa era a condição
dos operários das indústrias,
não era melhor a situação dos empregados do comércio.
Também esses sofriam dos baixos salários,
da falta total de garantia do trabalho,
de assistência em caso de doença,
nem horário de trabalho, nem descanço.
Também eles eram proletários,
tanto quanto os operários das indústrias.
Não possuíam nenhum meio de produção,
e para poder sobreviver
tinham que vender a sua força de trabalho
pelo preço ou salário
que os grandes comerciantes queriam pagar,
e aceitar todas as condições
impostas pelos patrões
para não perderem o ganha-pão.
Também os comerciários sofriam
com a falta de moradia e o custo de vida.

Do mesmo modo, eram explorados e sofriam
os empregados em várias empresas
de serviços públicos:
os marítimos, os portuários, ferroviários,
cocheiros, empregados de hotéis e restaurantes,
e os da força e luz, água e gás.

Até mesmo os artesãos livres,
os trabalhadores de vários ofícios
que trabalhavam por conta própria
viam seu trabalho desvalorizado.
Não podiam aguentar a concorrência dos produtos
feitos pelas máquinas das fábricas,
e empobreciam cada vez mais.

Percebiam que aos poucos iam perder suas oficinas
e ser obrigados também
a vender seus braços aos capitalistas
e sofrer as mesmas condições
que os outros operários.

Além de toda essa dureza da vida material
os operários eram humilhados
tratados com brutalidade e sem nenhum respeito.
Não podiam influir em nada
nas leis e decisões que mudavam suas próprias vidas;
tinham que se submeter em tudo
às decisões dos patrões, do governo e da polícia.

A burguesia e o governo da época
quando os trabalhadores se revoltavam,
diziam que no Brasil não havia problema operário,
mas sim "um caso de polícia".

Os capitalistas até mesmo diziam
que estavam fazendo um benefício ao povo
porque lhe davam trabalho.
Na realidade o povo é que fazia um "benefício"
para os capitalistas,
porque toda a riqueza, o capital que eles ajuntavam
sempre veio e só poderia vir
do trabalho dos operários.
Capital sem trabalho não produz nada de novo.
E os operários precisavam do emprego
que o capitalista oferecia
apenas porque os capitalistas, como já estudamos,
tinham tomado conta, usando a força,
de todos os meios de produção,
a começar da terra para plantar.

23 — A NECESSIDADE DE SE ORGANIZAR

Crescia e sofria a classe operária.
Sentiam os operários que nada podiam esperar
como melhoria de condições de vida e trabalho
que fosse dado de mão-beijada
pelos patrões e pelo governo.

Tinham já uma experiência de algum tempo
que mostrava que só podiam conseguir alguma coisa

unindo-se e organizando-se
para lutar por seus direitos.

O custo de vida subindo,
as condições de vida piorando
faziam cada dia mais necessária
a luta para se defenderem da exploração
e para obterem um mínimo de melhoria.

Tudo isso fez com que
nos primeiros anos da República
aparecessem por toda parte
um grande número de novas organizações operárias.
As poucas organizações existentes no tempo do império
cresceram e se multiplicaram quase de repente.

Além de aumentarem de número
as organizações de trabalhadores
também mudaram de feição.
Já não tratavam apenas
de agüentar os sofrimentos impostos à classe
tentando se defender pela ajuda mútua.
Davam um passo a mais e muito importante
na compreensão de sua situação
e no caminho da luta.
Procuravam já **resistir** contra a exploração capitalista,
não mais aceitar as decisões dos patrões,
mas unir-se e lutar juntos
para exigir seus direitos,
impor também a vontade dos operários
e mudar alguma coisa da situação.
As organizações deixavam de ser
apenas um refúgio e um conforto
para o proletariado sofredor,
e passavam a ser representantes desse proletariado
para enfrentar a classe burguesa e o governo,
exigindo mudanças.

Tinham compreendido os operários
que se somente a burguesia
continuasse decidindo tudo
a situação dos trabalhadores só poderia piorar,
pois os capitalistas estariam sempre interessados
em aumentar cada vez mais seu lucro
por uma exploração cada vez maior do trabalho

e com os gastos menores possíveis.
Percebiam assim que os interesses dos operários
só poderiam ser satisfeitos
em luta contra os interesses da burguesia.

24 — DIFICULDADES E FACILIDADES

Entretanto, é preciso dizer
que nem todos os operários
estavam prontos para entrar na luta.
Muitos dos brasileiros,
recém-saídos da escravidão
com uma mentalidade ainda própria da roça,
ainda não podiam compreender
e participar das organizações.
Na sua grande maioria eram analfabetos
o que tornava mais difícil comunicar as idéias
através de jornais e livros,
dependendo só da comunicação falada.

Os líderes operários, muitos deles estrangeiros,
também não sabiam bem se comunicar com eles.

Também entre os imigrantes
havia aqueles que vieram para o Brasil
apenas com a intenção de enriquecer
e lutavam só para sua promoção individual,
com interesse apenas em deixar de ser operários
e, se possível, tornar-se capitalistas.
Por isso não queriam se arriscar nas lutas operárias.

Também muitos comerciários
tinham uma mentalidade mais individualista
e nem sempre entravam na luta dos trabalhadores,
preferindo conseguir favores individuais
pela colaboração com os patrões.

Apesar de tudo isso
uma grande parte dos trabalhadores
compreendiam a importância
de se organizarem
como a única maneira de adquirirem força
para lutar contra a injustiça do capitalismo.
Eram conscientes do valor de seu trabalho,
sabiam que a sociedade necessitava deles,

não desejavam deixar de ser trabalhadores
mas sim ser tratados com justiça.
Por isso as organizações
e o Movimento Operário cresciam.

Algumas categorias profissionais
tiveram um papel muito importante
no movimento operário da época.
Os gráficos, por exemplo,
que eram necessariamente alfabetizados
e que conheciam muito da arte de escrever
e comunicar idéias,
tiveram muita importância para a propaganda
e para a formação dos outros operários.
Também os marítimos e ferroviários,
cuja profissão levava a viajar
de uma parte a outra do país,
tinham importante função
espalhando idéias operárias,
transmitindo notícias,
fazendo contactos entre as organizações
das diferentes regiões do Brasil.

25 — COMO ERAM AS ORGANIZAÇÕES

Em comparação com o que são hoje os sindicatos,
as organizações operárias daquela época
eram bastante diferentes:

1. O número de participantes era muito pequeno.
Isso porque a classe operária era pequena em número
e só entravam nas organizações
aqueles que queriam mesmo participar.
Isso fazia com que todos se conhecessem bem
e que o sindicato fosse também
um grupo de amigos, quase irmãos.
Um operário daquele tempo dizia:
"O sindicato era um prolongamento do nosso lar".

2. A importância de todos os participantes
era praticamente igual,
e quase não se falava de dirigentes ou líderes,
mas todos eram chamados simplesmente de militantes.

3. No princípio da república,

a maioria dos sindicatos eram mistos,
formados por gente de vários ofícios,
reunidos por morar no mesmo bairro
ou na mesma cidade pequena.
Podiam reunir-se também por nacionalidade.
Havia, principalmente em São Paulo,
uniões de operários italianos ou alemães.

Aos poucos foram se firmando
os sindicatos de trabalhadores do mesmo ofício,
principalmente nas grandes cidades.
Reuniam-se por ofício,
e não pelo ramo de indústria que os empregava.
Os mecânicos, por exemplo,
reuniam-se na sua sociedade de mecânicos,
mesmo que uns trabalhassem em fábricas de tecidos
e outros em metalúrgicas.

Finalmente, nos anos da guerra
foram se formando outros sindicatos
que reuniam os trabalhadores
pelo ramo de indústria em que trabalhavam.
Por exemplo, todos os empregados da indústria de tecidos,
fossem mecânicos, tecelães ou carregadores.
Principalmente os dois primeiros tipos de sindicato,
mistos e por ofício,
contavam também com a participação
de artesãos livres
que, mesmo sendo trabalhadores manuais,
tendo o mesmo ofício que os outros,
trabalhavam por conta própria ainda,
e ainda não haviam vendido sua força de trabalho
para as indústrias capitalistas.
Esses artesãos também se uniam aos operários
porque sentiam que o capitalismo era seu inimigo,
que ameaçava a sua liberdade
e que mais cedo ou mais tarde
não poderiam mais agüentar a concorrência das fábricas,
nem a dureza do custo de vida,
e teriam que acabar fechando suas oficinas pequenas
e vendendo sua força de trabalho
para a burguesia industrial.

4. Podia haver mais de uma organização
de trabalhadores do mesmo ofício,

e cada um escolhia em qual queria se inscrever.

5. As formas de organização. de diretoria, de estatutos,
no interior de cada sindicato,
podia variar muito.

Além dos sindicatos ou organizações
locais ou por ofício,
os diversos grupos se reuniam
formando federações de sindicatos,
nas cidades ou nos estados
e confederações nacionais
que procuravam coordenar
a ação de todo o movimento operário do país.

Tanto quanto os sindicatos,
essas federações e confederações
sofriam a repressão policial,
e foram várias vezes
fechadas pela polícia e reabertas pelos operários.

Ao lado das organizações do tipo sindicato,
compostas unicamente de operários
para lutar por seus direitos diante dos patrões,
havia também outras associações,
fundadas por intelectuais, jornalistas,
gente da classe média,
com finalidades políticas e culturais,
que buscavam também o apoio dos operários,
e onde esses também passaram a participar fortemente.
Eram principalmente os "centros culturais"
e os "centros ou uniões socialistas".
Havia muita relação entre esses centros
e os sindicatos operários,
pois muitos militantes participavam
tanto em uns quanto nos outros,
as mesmas idéias passavam de um para outros,
e se auxiliavam na luta comum.

26 — A ATIVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES

A principal linha de ação
das organizações operárias da época
era a união e coordenação dos trabalhadores

nas suas lutas e reivindicações
diante dos patrões e do governo.

Para isso, as organizações
promoviam constantemente
o estudo e a discussão dos problemas
que atingiam a classe,
e também a crítica da sociedade capitalista
para que se pudessem preparar
seus programas de luta e reivindicações.

Organizavam manifestações
sob a forma de comícios e passeatas,
comemoração do dia 1.º de Maio,
e organizavam greves
quando se tratava de exigir mudanças imediatas.

Mantinham em suas sedes
cursos de formação profissional,
de alfabetização e de cultura em geral,
sobretudo de formação social e política
para que os militantes fossem mais bem preparados.
Praticava-se nos sindicatos,
e até mesmo em algumas fábricas
durante o horário de trabalho
a leitura em voz alta
para que os operários que não sabiam ler
pudessem também se informar e se educar.

Organizavam grupos de teatro
que prestavam grande serviço
na formação do operariado,
apresentando peças que traziam
problemas e ideais operários.

Fundavam e mantinham jornais operários
e escolas para os próprios operários
e para seus filhos.

Para tudo isso muito contribuíam
os gráficos, os jornalistas
e os intelectuais socialistas
amigos dos operários.

27 — AS REIVINDICAÇÕES OPERÁRIAS DA ÉPOCA

Durante todo o tempo que estamos estudando,
isto é, desde a abolição, em 1888,
até o fim da primeira guerra, em 1919,
as reivindicações do movimento operário
continuaram praticamente as mesmas,
pois apesar de sua luta sem desânimo
as condições de vida e trabalho não chegavam a mudar.

Havia greves e manifestações vitoriosas, sim,
mas eram vitórias parciais,
pequenos aumentos de salário,
pequenas diminuições no horário de trabalho,
mas que muitas vezes eram conseguidas por pouco tempo,
e logo após terminada a greve os patrões voltavam atrás.
Além disso, essas pequenas vitórias
eram sempre insatisfatórias
dado o constante aumento do custo de vida
e a dureza da condição de vida dos trabalhadores.

Por isso, vamos encontrar
durante todos aqueles anos,
as lutas operárias sempre em volta
das mesmas reivindicações:

1. A diminuição da jornada de trabalho
para 8 horas
sem diminuição dos salários.
2. Aumento salarial.
3. Descanso semanal de 36 horas seguidas,
normalmente sábado à tarde e domingo,
chamado "semana inglesa".
4. Contra a repressão policial
ao movimento sindical,
5. Contra o aumento do custo de vida.
6. Pela regulamentação do trabalho
da mulher e do menor.

Durante os anos da guerra
de 1914 a 1918,
também protestavam fortemente contra a guerra
que beneficiava os capitalistas
e tornava ainda mais dura a vida operária.

28 — AS DIFERENTES LINHAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

É importante, porém, saber
que não foi sem dificuldades e discussões
que o movimento operário
conseguia sua unidade.

Isso porque também naquele tempo
já havia no movimento
diferentes linhas, diferentes grupos
e correntes de idéias,
principalmente quando se tratava das formas de ação.

Todos estavam de acordo
em que era preciso lutar
contra a exploração capitalista.

Mas havia muitas posições diferentes
quando se tratava de planejar e organizar a luta.

O grupo mais forte, mais ativo,
e que certamente teve maior influência
no movimento operário
do período que estamos estudando.
foi o movimento anarquista.

Hoje as palavras anarquista, ou anarquia
são usadas com o sentido de desordem, baderna.
Mas o verdadeiro sentido das palavras
anarquista ou anarquismo,
como eram usadas naquele tempo,
não tinha nada que ver com desordem.
Era sim um conjunto de ideais sociais e políticos
que inspiravam operários e intelectuais
não só aqui no Brasil
mas em quase todos os países
da América Latina, América do Norte
e da Europa.

Foram principalmente os trabalhadores imigrantes
que trouxeram da Europa para cá
as idéias e a prática anarquista.

29 — OS ANARQUISTAS, O ANARQUISMO E O SINDICALISMO

Assim pensavam

os anarquistas, que também se chamavam
socialistas libertários,
ou simplesmente libertários:

1. Eram contra o capitalismo, isto é,
um sistema de organização da sociedade
no qual:
* é permitido a poucos serem proprietários de
todos os meios de produção, desde a terra
até as máquinas.
* a maioria da população é proletarizada,
isto é, não possui nada mais senão sua força de trabalho
e é obrigada a vendê-la ao capitalista em troca
do salário para poder sobreviver.
* onde é permitido ao capitalista,
dono dos meios de produção,
dar ao trabalhador, na forma do salário,
apenas uma pequeníssima parte
daquilo que o próprio trabalhador produziu.
* onde é permitido ao capitalista
apropriar-se, isto é,
tomar só para si, na forma de lucro,
a maior parte da produção,
fruto do trabalho e esforço dos operários,
e com isso aumentar seu capital,
quer dizer, dominar cada vez mais
todos os meios de produção.

* onde, assim, o rico se torna sempre
mais rico,
e o pobre trabalhador fica sempre mais pobre —
porque, recebendo apenas um mínimo,
que mal dá para seu sustento,
nunca sobra nada para ele,
que lhe permita adquirir também meios de produção.
Assim fica ele sujeito
a todas as exigências e exploração
por parte do capitalista.

Portanto, os anarquistas eram contra o capitalismo,
não só contra cada patrão capitalista,
nem só contra os "maus patrões", ou "maus capitalistas",
mas contra a própria organização da sociedade
de forma capitalista.

2. Eram contra o Estado, isto é,
contra a existência de governos
mesmo eleitos pelo povo,
mas no qual o povo transfere para apenas alguns
o direito e o poder de decidir
a respeito da organização social.

Eram contra o governo
da sociedade capitalista, claro,
pois sabiam que esse governo
era feito para defender
os interesses dos capitalistas.
Mas eram contra, também,
qualquer forma de Estado, de governo,
mesmo numa sociedade do futuro,
que não fosse capitalista.
Isso porque acreditavam que
quando um povo concede mais poder
a um pequeno grupo de governantes,
que se torna assim mais poderoso
do que a maioria da população,
esses governantes não buscarão o bem do povo,
mas se corromperão e buscarão apenas seu interesse
oprimindo e explorando os outros.

A palavra "anarquia"
quer dizer justamente isto:
"sem governo", ou ausência de governo,
ausência de poderosos,
igualdade total de todos os cidadãos.

Por isso,
quando se tratava da ação sindical,
os anarquistas também eram contra
certas formas de ação.

3. Eram contra
A ação indireta, quer dizer,
contra a entrada dos trabalhadores
na luta eleitoral dos partidos políticos,
para eleger seus próprios representantes
deputados, senadores, governantes.
Os anarquistas não acreditavam
que esses representantes
fossem mesmo defender

os direitos dos trabalhadores.
Achavam que, uma vez chegando no governo,
iriam se corromper,
e cuidar apenas de seus interesses pessoais.
Além disso achavam que
se os trabalhadores passassem
a responsabilidade de lutar por seus direitos
para apenas as mãos de alguns representantes,
junto ao governo,
se acomodariam,
ficariam esperando soluções dos políticos,
perderiam a iniciativa e a força.
Também não queriam que as divergências
entre os partidos políticos,
formados pela classe média e burguesia,
viessem trazer suas rivalidades
para dentro do movimento operário.

4. Eram contra a existência
de "governos" dentro do movimento operário,
isto é, de diretorias com muito poder de decisão,
independentes dos outros sócios,
que pudessem manobrar o movimento operário
sem a participação e decisão de todos.

Os anarquistas :

1. Eram a favor de uma revolução social total,
e não apenas da melhoria
da vida dos trabalhadores dentro do capitalismo.
Queriam uma sociedade nova
em que não houvesse classes sociais,
quer dizer,
em que não houvesse a classe dos proprietários
capitalistas,
donos de todos os meios de produção,
e em que não houvesse uma classe proletária,
que não possui nada, só a força de trabalho.
Queriam uma sociedade de trabalhadores,
trabalhadores manuais ou intelectuais,
organizados em associações profissionais,
e donos de seus meios de produção,
unidos pela solidariedade
para o bem de toda a sociedade.

2. Eram a favor dos sindicatos,
com a participação de todos os trabalhadores,
agora como meio de lutar contra o capitalismo,
e, na sociedade do futuro,
como meio de organizar a vida social,
de distribuir a produção entre todos
conforme seu trabalho e suas necessidades,
como meio de organizar a educação
e a formação profissional.
O sindicato seria a base
da organização de uma nova sociedade,
que não teria necessidade
de outra forma de governo,
nem de polícia, nem de exército,
pois os próprios trabalhadores
cuidariam de seus interesses,
da ordem, da justiça e do progresso.
Por tudo isso, quando se tratava da luta operária
no Brasil do começo desse século,
eram a favor:

3. da **ação direta**, isto é,
do uso, pelos trabalhadores,
de formas de luta
que só dependessem da atividade
dos próprios trabalhadores,
e não de políticos
ou outras pessoas não operárias.
Essas atividades eram
as manifestações públicas,
declarações e protestos,
o boicote e a sabotagem da produção,
e principalmente a greve.
Acreditavam que um dia,
através da greve geral revolucionária,
poderiam tomar o poder na sociedade,
tomar dos capitalistas os meios de produção,
destituir o governo burguês de seus poderes,
e reorganizar toda a sociedade
com base nos sindicatos.

Embora fossem idéias
trazidas do estrangeiro,
as idéias anarquistas eram bem recebidas
pelo proletariado brasileiro

porque correspondiam às necessidades
dos operários brasileiros daquele tempo.
Sendo uma minoria, e nem sequer sendo eleitores,
diante de um governo de latifundiários
que só se preocupava com os interesses da agricultura,
era fácil para os operários
concordarem com as idéias anarquistas
que negavam a necessidade de governo,
e preferiam a ação direta dos trabalhadores.

Como veremos,
foi a linha dos anarquistas
que teve maior influência
no período da Resistência Operária.

30 — OUTRAS LINHAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Havia, entretanto, outros grupos,
que divergiam, em parte ou muito,
da maioria anarquista.
Alguns eram muito ativos e dedicados,
mas não tão numerosos nem tão influentes
quanto os anarquistas.

Quase todos se apresentavam como socialistas,
e contra o capitalismo.

Alguns não tinham idéias muito claras,
apenas eram contra o capitalismo,
e desejavam uma sociedade mais justa,
mas não tinham, como os anarquistas,
uma idéia bem clara de como organizar essa sociedade.

Outros, os socialistas reformistas,
acreditavam que através da luta política,
e da entrada de trabalhadores no governo,
poderiam conseguir modificações nas leis,
que dessem melhores condições aos operários,
e controlassem a exploração dos capitalistas.
Esses queriam que o movimento operário
se orientasse para a formação
de um partido político operário,
a fim de eleger representantes operários nas câmaras,
e de eleger governantes operários.
Algumas vezes, embora poucas,

conseguiam eleger seus representantes
mas, por esse meio,
nunca conseguiam mudanças reais,
pois o governo era mesmo
do domínio da burguesia e proprietários.
Lembramos também que poucos eram os operários eleitores,
pois não podiam votar
nem os estrangeiros,
nem as mulheres,
nem os menores,
nem os que não sabiam ler e escrever.

Assim, sendo tão poucos eleitores,
nunca podiam eleger
um número bastante grande de representantes,
para poder influir alguma coisa no governo.
Nem os outros políticos,
que não vinham da classe operária,
também não se interessavam
por agradar os operários,
pois esses não podiam dar-lhes
muitos votos nas eleições.

Havia ainda alguns, embora poucos,
que se deixavam "comprar" pelos favores dos patrões,
e tentavam agir de maneira
a "acalmar" os operários
e levá-los a aceitar as propostas dos patrões.

Uma outra corrente importante
era a dos socialistas marxistas, ou comunistas,
que ainda era pequena,
mas já começava a se firmar no Brasil.

Entretanto, como já dissemos,
cabia, sem dúvida, aos anarquistas
a maior influência
na animação do movimento operário
no período da "Resistência Operária",
entre 1888 e 1919.

31 — OS OPERÁRIOS E A POLÍTICA

Embora seu objetivo principal,
e a linha própria dos anarquistas,

fosse a luta propriamente operária,
para defesa de seus direitos de classe,
os operários também se manifestavam
em relação a outros problemas
da política nacional e internacional.
Isso porque percebiam que afinal
a dureza da vida operária estava muito ligada
com outros fatos da vida do país e do mundo.

32 — VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA O MOVIMENTO OPERÁRIO

Embora fossem muito ativas
a maioria das organizações tinha vida curta,
A principal razão
que impedia a sobrevivência
das organizações operárias
era a intervenção da polícia
que, com qualquer desculpa,
invadia e fechava sindicatos e associações,
prendia os militantes operários
e expulsava do Brasil os operários estrangeiros
que entravam nas lutas operárias.

Isso acontecia porque a burguesia capitalista
também compreendia a importância dos sindicatos
como força dos trabalhadores.
Sendo o governo formado por homens
das classes ricas,
proprietários rurais e industriais capitalistas,
utilizava as forças policiais
para defender os interesses dos patrões
e impedir os operários de se organizarem.

A burguesia e o governo
negavam que houvesse no Brasil
qualquer problema social,
ou que os trabalhadores tivessem razão
em seus protestos e reivindicações.
A polícia tratava como criminosos
os operários que participassem das lutas,
prendendo-os, espancando e expulsando-os.
O Juiz Vicente de Carvalho, de São Paulo,
homem honesto e corajoso,
denunciou vários crimes dessa espécie

praticados pela polícia, contra trabalhadores,
e por causa disto foi afastado do cargo
e aposentado à força.
Ouvia-se com freqüência,
da boca de patrões e políticos:
"No Brasil, a questão operária
é um caso de polícia".

A parte da imprensa, os grandes jornais,
que pertenciam aos capitalistas
e por isso defendiam seus interesses,
justificavam a violência da polícia,
dizendo que as manifestações e greves
eram provocadas por "agitadores estrangeiros,
pagos por outros países,
que faziam isso
para atrapalhar a industrialização do Brasil".
Isso também era o que dizia o governo e os patrões.

Inventavam também muitas mentiras
a respeito dos anarquistas:
diziam que eles eram criminosos,
que queriam acabar com o governo
através de assassinatos e bombas,
incêndios e violências.
Houve um famoso caso
de um incêndio da Casa Alemã,
em 1909, em São Paulo.
Foram injustamente acusados
os operários anarquistas.
Dizia a imprensa que o incêndio
tinha sido provocado por uma tal "Mão Negra"
que os jornalistas diziam ser uma organização anarquista.
Os anarquistas, que não cometeram nenhuma violência,
não podiam defender-se nos grandes jornais
que não lhes davam a palavra.
Só contavam com suas pequenas publicações
que não atingiam outras faixas da população.

Para dar ainda mais liberdade à polícia
para perseguir os trabalhadores,
o governo enviou à Câmara dos Deputados,
através do deputado Adolfo Gordo,
uma nova lei que foi aprovada no início de 1904.
Essa lei, que ficou chamada "Lei Adolfo Gordo",

tinha como finalidade
impedir a formação de organizações operárias
e movimentos grevistas.
Dava poderes especiais à polícia
para reprimir os trabalhadores,
premiava os delatores e espiões
no meio operário,
criava para os operários estrangeiros
a pena de expulsão do Brasil,
e para os brasileiros
o exílio nos seringais do Acre,
nos sertões do Nordeste
ou outras regiões distantes
dos centros industriais.
Não havia necessidade de processo na justiça,
bastando uma acusação feita pelo patrão,
ou por um fura-greves,
para que os militantes fossem presos ou expulsos.

Mas o fechamento pela polícia
de uma organização
não desanimava os trabalhadores
e não impedia que logo se fundassem outras.

Everaldo Dias, que foi militante operário
naqueles anos,
conta num livro que escreveu
que de 1888 até 1820
não houve no Brasil nenhum sindicato
nem organização operária
que não tivesse sofrido repressão da polícia.

Outra razão para que muitas organizações
nascessem e morressem em pouco tempo
era que a própria indústria brasileira
sofria do mesmo mal.
Por falta de experiência dos industriais
e por outros problemas econômicos
fábricas também se abriam e fechavam em pouco tempo,
deixando os trabalhadores desempregados,
tendo que mudar de ofício
ou mesmo de cidade

Mas a principal razão
para a vida difícil das organizações operárias
era mesmo a repressão policial.

3a. PARTE

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA LUTA OPERÁRIA

33 — INÍCIO DA RESISTÊNCIA, DE 1888 A 1903

Desde os primeiros anos da República,
as greves e manifestações operárias
que já tinham começado antes da Abolição
foram aumentando.
Vejamos quais foram os principais acontecimentos:
No Rio de Janeiro, em 1891
houve uma greve dos caixeiros, comerciários,
para diminuir a jornada de trabalho,
e uma greve dos ferroviários da Central
em apoio ao Marechal Deodoro
por razões políticas.

Desde 1889, data da proclamação da República,
tinha sido decidido pelo Congresso Operário Internacional
reunido na cidade de Paris, na França,
comemorar o dia 1.° de maio
como o dia internacional da união e da luta operária.
Nesse mesmo ano, a data já foi comemorada,
na América Latina, em Buenos Aires,
e a Federação Americana do Trabalho
propôs que esse dia
fosse feriado em todo o mundo
como data operária.

Mas, no Brasil, no ano de 1894,
a polícia de São Paulo invadiu uma casa
onde se encontravam 9 operários italianos
e mais alguns brasileiros
que planejavam a comemoração do 1.° de maio.

As greves se sucedem:
Em 1895, no Rio de Janeiro,
greve dos operários das oficinas da Central
para aumento de salário.

Em 1900, realizou-se no Rio
uma greve dos estivadores
por aumento de salário,
e outra dos sapateiros, pelo mesmo motivo,
que durou 2 meses.

Em 1901, realizou-se em São Paulo
uma greve de tecelões por atraso no pagamento,
violentamente reprimida pela polícia.
Também em São Paulo, uma greve dos chapeleiros,
pelos mesmos motivos,
acompanhada de boicote da produção.

Em 1902, greve dos tecelões do Rio de Janeiro
por aumento de salário
e diminuição da jornada de trabalho.

Em 1903, duas greves dos tecelões do Rio,
a primeira de 20 dias, com 25.000 operários,
duramente reprimida pela polícia;
a segunda vitoriosa,
conseguindo pequeno aumento de salário
e pequena redução no horário de trabalho.

No mesmo ano, também no Rio,
uma greve vitoriosa dos estivadores
por aumento de salário
e diminuição da jornada de trabalho.

Em 1903 o movimento operário
ganha nova força,
pela fundação de dezenas de novos sindicatos,
apesar da perseguição policial
que nunca faltou às organizações operárias.

O governo do Presidente Rodrigues Alves,
que defendia os interesses
dos grandes proprietários e capitalistas,
preocupado com o desenvolvimento
do movimento operário,
e com a revolta dos trabalhadores,
encarrega a polícia de resolver o problema.

34 — ANO DE 1904

Assim, em 1904
a mando do governo,
a Câmara dos Deputados
aprovou a famosa lei Adolfo Gordo,
para dar mais poderes à polícia.

Apesar disso, não morre o movimento,
pois nesse mesmo ano, após a nova lei,
fundaram-se 27 novas entidades operárias,
somente nas cidades de São Paulo,
Santos, Campinas, Jundiaí, Rio Claro
e Rio de Janeiro, sem contar
outros estados do Brasil.

Não cessaram também as greves:

Greve dos Marítimos do Rio de Janeiro,
e uma greve dos conheiros
da Saúde Pública,
em protesto contra 3 meses
de atraso dos salários,
reprimida pela polícia.

Em São Paulo, pela primeira vez,
conseguiu-se comemorar o 1.º de maio
com uma concentração num teatro local,
discursos e distribuição de jornais operários.

Aconteceu, naquele ano,
uma terrível seca nos estados do Nordeste,
sem que o governo tomasse providências
para socorrer a população.
Assim, os operários dos outros estados
fizeram uma grande campanha
para recolher recursos
que foram enviados ao Nordeste
para socorrer os flagelados pela seca.
Diziam, naquele ano, os militantes operários
que "o 1.º de maio de 1904
não poderia ser comemorado,
por aqueles que aspiram à socialização das terras,
sem revolta,
quando sabiam que no norte do Brasil
milhares de pessoas morriam de fome."

Revoltavam-se os operários com o fato
de que o governo,
em vez de socorrer os flagelados
que morriam de fome no nordeste,
gastavam o dinheiro do povo
pondo a polícia

para perseguir trabalhadores da indústria.

Por toda a parte, no Brasil,
fundavam-se jornais operários,
publicavam-se livros e folhetos
para espalhar as idéias operárias
e socialistas.

35 — ANO DE 1905

Greves no Rio de Janeiro
dos motorneiros e condutores de bondes.
Greve em São Paulo, dos gráficos
para aumento salarial.
Greve em Sorocaba, dos tecelões
exigindo aumento salarial.

Finalmente, no fim do ano,
rebenta em Santos a primeira greve geral.
Até então, as greves tinham sempre
sido feitas por categorias profissionais,
ou pelos operários de uma única empresa.
Desta vez, porém,
atingiu praticamente todos os operários da cidade.
Entretanto essa greve fracassou,
porque o presidente
da Sociedade Internacional União Operária,
órgão que reunia os trabalhadores santistas,
uniu-se com alguns fura-greves
e traiu o movimento da classe.
Por causa disso,
aconteceu a primeira divisão
dentro da
Sociedade Internacional União Operária
Como vemos, já naquele tempo
existia o perigo de que
aparecessem traidores de seus companheiros.

36 — ANO DE 1906

Ano importantíssimo para a luta operária
no período da "Resistência".
Greves explodiram durante todo o ano,
sobretudo na cidade de São Paulo.

Greve dos cocheiros e carregadores,
exigindo aumento de salário
e redução do dia de trabalho,
que conseguiu uma vitória.

Greve de 35 dias
dos operários de fábricas de tecidos
da cidade de São Bernardo,
derrotada pela violência policial.

Nova greve, em São Paulo, desta vez dos chapeleiros
que conseguiram vencer os industriais.

Fundou-se em São Paulo
o Grupo Filodramático Libertário,
grupo de teatro operário,
que promovia espetáculos teatrais.
A renda dos espetáculos daquele ano
foi enviada toda para a Rússia,
em auxílio às famílias de operários militantes
fuzilados na cidade russa de São Petersburgo,
pela polícia do czar da Rússia.
Isso mostra como era grande
a informação, a ligação e o interesse
que tinham os trabalhadores brasileiros
pela sorte e pelas lutas
dos operários de todo o mundo.

Realizavam-se também, de costume,
comícios e manifestações
para comemorar todos os grandes acontecimentos
da luta dos proletários do mundo todo.

37 — MULTIPLICAM-SE AS ORGANIZAÇÕES

Desde os primeiros anos da República
multiplicavam-se as organizações.
Entre elas, podemos citar,
antes de 1906:

Club Internacional Filhos do Trabalho,
em São José do Rio Pardo.
Sociedade Internacional União dos Operários,
em Santos.
Centro das Classes Operárias,

também de Santos.
Centro de estudos Sociais,
Liga Operária,
União Operária e
União dos Trabalhadores Gráficos,
todas em Campinas.
União Operária em Ribeirão Preto.
Federação Operária de São Paulo.
Centro Artístico Cearense
de Fortaleza.
Centro Protetor dos Operários
em Pernambuco.
Centro Operário e União dos Artistas
de Campos.
União Operária,
do Rio Grande do Sul,
O Grupo dos Homens Livres e
a Liga Operária Internacional,
a Sociedade Mútua de Proteção de Alegrete,
União Operária de Cruz Alta,
Clube 1.º de Maio da Margem,
Liga Operária Cachoeirense,
Sociedade Tipográfica Riograndense,
todas no Rio Grande do Sul.
A Liga dos artistas Alfaiates. São Paulo.
União dos Operários das Pedreiras,
Associação de Resistência dos
Trabalhadores em Carvão Mineral,
Centro dos operários Marmoristas,
União dos Operários Estivadores,
Centro dos Empregados em Ferrovias,
União dos Chapeleiros,
Liga Operária Italiana,
Liga dos artistas Alfaiates,
e muitas outras, só do Rio de Janeiro.

Citamos aqui apenas algumas
para ter um exemplo,
mas foram dezenas e dezenas de sindicatos,
que se formavam por toda a parte,
com diferentes nomes. Podiam chamar-se:

Associação Operária,
Associação de Resistência,
Aliança Operária ou Centro Operário,

Centro Cosmopolita, Grêmio Popular,
União Operária, Liga Operária,
Liga de Resistência,
Sociedade Operária, Sociedade União e Defesa,
União de Resistência, União Protetora,
União Internacional, etc...

Mas embora os nomes fossem diferentes,
sua prática já era mesmo sindicalista,
de organização, defesa e luta pela classe.
A partir de 1906
é que começa a aparecer o nome "Sindicato":
a partir do I Congresso Operário Brasileiro,
Organizado pelo Movimento Operário
Do Rio de Janeiro.

Já em 1898, no Rio Grande do Sul,
tinha sido feito um congresso operário,
mas apenas da região,
não chegando a ser nacional.

Também já se haviam realizado,
dois congressos socialistas,
um em 1892 no Rio de Janeiro,
outro em 1902 em São Paulo.
Mas, mesmo contando com a participação de operários,
não tinham sido verdadeiros congressos operários,
pois não reuniram apenas representantes de sindicatos,
mas sim socialistas de qualquer profissão ou classe.

O Congresso Operário do Rio, em abril de 1906,
foi o primeiro que teve realmente
um papel nacional,
e contou com a participação de representantes
de vários pontos do país.

Quase todas as organizações que já citamos,
e ainda muitas outras,
enviaram seus representantes.

38 — CONCLUSÕES DO 1.º CONGRESSO OPERÁRIO

Vejamos quais foram
as principais decisões desse Congresso:

1. A Criação de uma
Confederação Operária Brasileira,
união das Federações estaduais e sindicatos,
que de fato começou a funcionar,
em 1908, contando logo com a adesão
de dezenas de organizações.

2. Fundação de um jornal,
"A Voz do Trabalhador",
órgão da Confederação,
que também passou a circular
em 1908.

3. A organização dos operários
em associações de resistência econômica,
isto é, que lutassem pelos direitos
dos trabalhadores no plano econômico,
exigindo eles mesmos medidas
por parte dos patrões e governos,
sem esperar a ajuda de políticos
que não pertencessem à classe,
e sem permitir a entrada
dentro dos sindicatos,
das lutas dos partidos políticos do país,
para evitar a criação
de inimizades e desunião entre os operários.

4. Que a finalidade dos sindicatos
era a resistência ao capitalismo
e a reivindicação dos direitos da classe,
e não ser órgãos de assistência,
beneficientes ou cooperativistas.
Achavam os congressistas
que essas atividades de assistência,
embora atraíssem muitos trabalhadores,
atrapalhavam e desviavam o sindicato
de sua verdadeira finalidade de resistência,
e até facilitavam a exploração da classe
por parte dos patrões,
pois adoçava um pouco a situação do operário,
fazendo-o acomodar-se em vez de lutar.
Assim, decidiram os congressistas
que os sindicatos não deveriam mais
ter caixas de ajuda mútua,

mas apenas caixas com os fundos necessários
para sustentar a formação e luta reivindicatória.

5. Dada a dureza da situação da mulher operária,
empregar todos os esforços
para a fundação também de sindicatos femininos
que trabalhassem em união
com os sindicatos masculinos.

6. Que os sindicatos não deveriam
ter funcionários remunerados,
isto é, militantes que ganhassem dinheiro
para trabalhar pelo sindicato,
para não criar inimizades.
e não atrair os interesseiros e aproveitadores.
Queriam que os militantes trabalhassem
realmente por amor sincero à classe.
Diziam ainda que,
nos casos de absoluta necessidade,
por acúmulo de serviço,
poderiam contratar um ou outro,
mas que estes não deveriam ganhar do sindicato
nada mais do que se estivessem
trabalhando numa fábrica, em sua profissão.
Ainda mais, decidiram que os sócios
que ganhassem para trabalhar no sindicato
deviam ser de preferência aqueles
que por doença ou acidente
não pudessem mais trabalhar em fábricas,
e que não poderiam votar nem ser votados.

7. Que os sindicatos não tivessem diretorias,
que agissem e decidissem por si,
separadas dos sócios,
mas apenas comissões administrativas
para certas tarefas,
de modo que todos os sócios participassem
e assumissem igualmente o poder e a responsabilidade.

8. Que as sociedades de resistência,
ou sindicatos,
não deveriam admitir patrões,
nem outra espécie de não-trabalhadores,
mas unicamente trabalhadores assalariados,

que não explorassem por sua conta
nem operários nem aprendizes.

9. Que os próprios mestres e contra-mestres
não deviam ser admitidos nos sindicatos,
por serem, no lugar que ocupavam,
representantes dos patrões,
e muitas vezes seus espiões.
Mas admitiam que em alguns casos,
podia-se fazer uma exceção.

10. Concentrar esforços em todo o país
na luta pela redução da jornada de trabalho
para apenas 8 horas diárias,
sem diminuição do salário.
Esta era, além do mais,
a grande luta dos operários no mundo todo.

11. Lutar contra o militarismo e as guerras,
e contra a intervenção da força armada
nos problemas entre operários e patrões,
através de propaganda e protestos.

12. Fazer ativa propaganda entre os operários
para que não aceitassem mais
o trabalho por peça ou empreitada,
(o que hoje chamamos "por produção")
porque arruina a saúde do trabalhador,
faz com que cada um procure sozinho
ganhar mais dinheiro,
mesmo prejudicando seus companheiros de ofício,
e porque esses sistemas eram uma grande barreira
para a conquista das 8 horas de trabalho.

13. Que as formas de luta do Movimento Operário
deveriam ser aquelas
que só dependessem da ação
dos próprios operários diretamente.
Essas formas deviam ser:
a greve parcial ou geral,
as declarações e manifestações públicas,
a sabotagem da produção,
(isto é, estragar matéria prima ou máquinas,
atrasar o trabalho, ou outras formas
de diminuir a produção

para forçar um acordo do patrão.)
e o boicote da produção
(isto é, através da propaganda
levar o povo a recusar comprar certo produto,
levando a produção a ficar encalhada,
também para forçar o capitalista
a ceder por medo do prejuízo.)

14. Que se devia dar preferência
à luta pelas 8 horas de trabalho,
em lugar da luta apenas
por aumento salarial.
Eles achavam que com a diminuição da jornada,
os capitalistas teriam que empregar mais homens,
para manter a mesma produção, ou aumentá-la.
Assim, diminuiria o número de desempregados,
aumentaria a procura de mão de obra
por parte dos industriais,
e diminuiria a oferta de mão de obra
por parte dos trabalhadores,
o que faria aumentar os salários, necessariamente.
Isto por causa da "lei da oferta e da procura"
que reina na sociedade capitalista,
como já vimos no primeiro caderno.
Quando falta uma mercadoria no mercado,
o preço da mercadoria sobe;
quando falta mão-de-obra,
o salário, que é seu preço, sobe.

Assim, lutar pela diminuição da jornada
era lutar indiretamente
pelo aumento salarial.

A partir desse congresso,
cresceu e desenvolveu-se ainda mais
o Movimento Operário no Brasil,
seguindo na sua maioria
a linha de atuação definida pelo Congresso.

39 — O 1.º DE MAIO DE 1906

Nesse ano, também,
crescem e se desenvolvem
as comemorações do 1.º de Maio:

Pela primeira vez, no Rio de Janeiro,
a data foi comemorada em praça pública
com um grande comício.

Em São Paulo, os sindicatos dos gráficos,
com apoio dos outros trabalhadores,
comemoraram o dia do operário
com apresentações teatrais
em vários teatros da cidade.
Foram apresentados dramas sociais
que mostravam os problemas operários,
os males do capitalismo
e animavam os trabalhadores à luta.

Em Santos também
a data foi comemorada em praça pública
com um grande comício realizado à tarde.
À noite realizaram reuniões e conferências
nos salões da Sociedade Internacional
e da União Operária.
Tudo isso foi feito apesar da proibição policial,
e apesar do governo ter enviado
o Cruzador Barroso, navio de guerra,
do Rio de Janeiro, para o porto de Santos,
para amedrontar os trabalhadores
e defender os interesses
dos proprietários da Companhia Docas.

Em Jundiaí houve um comício comemorativo
no teatro local.

Em Campinas fizeram-se conferências
e distribuiu-se o 1.º número
do jornal "A Voz Operária".

40 — A GREVE DOS FERROVIÁRIOS PAULISTAS EM 1906

A greve mais importante
no ano de 1906
foi a dos ferroviários
da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.
Os empregados das oficinas
assim como os que moviam os trens,
há muito estavam descontentes:
os salários que já eram muito baixos,

estavam sendo ainda mais diminuídos.
Os chefes da Companhia
conforme lhes desse vontade,
inventavam feriados e dispensavam os trabalhadores
reduzindo assim muitas vezes
a semana a apenas cinco dias.
Isso era grave, porque naquele tempo
os operários só recebiam pelos dias que trabalhavam,
e nada nos domingos e feriados.
Assim, feriados na semana
diminuíam de pelo menos 10% o salário.

Além disso, os diretores da Companhia
tinham inventado uma tal Sociedade Beneficente,
que servia para dar empregos
a parentes e amigos
dos próprios diretores.
Para essa Sociedade
todos os operários eram obrigados a contribuir
por meio de descontos nos salários.

Com tudo isso,
a situação dos empregados da companhia
era praticamente de miséria.

Tentando os trabalhadores
reclamar pacificamente seus direitos,
os diretores da Companhia
insultaram e despediram os operários
que eram militantes da Liga Operária.

Revoltados, os ferroviários decidem
deflagrar uma greve.
A greve começou no dia 15 de Maio,
em Jundiaí e Campinas,
atingindo também São Paulo
e paralizando o movimento dos trens
em toda a linha.

O transporte das mercadorias parado,
era muito prejuízo para os capitalistas.
Alarmou-se a burguesia e o governo.

A imprensa espalhava mentiras
contra os grevistas.

A polícia perseguia
os "cabeças" da greve,
e tentava convencer alguns operários
a trair seus companheiros
mas não o conseguiu.
Os policiais invadiram então
a sede da Federação Operária
e de um jornal operário,
quebrando tudo
e espancando os que ali estavam,
inclusive mulheres e crianças.

Os engenheiros da Companhia
tentavam fazer funcionar os trens,
mas eram incapazes
e até provocavam acidentes.
Então o governo tentou obrigar
os maquinistas de outras companhias,
da São Paulo Railway, Sorocabana e Mogiana,
a movimentarem os trens da Paulista.
Mas os outros ferroviários,
solidários com seus companheiros grevistas
se recusaram a obedecer.
O governo mobilizou então
maquinistas da Armada Nacional
para servir à Companhia Paulista.

No dia 30 de maio
o movimento grevista foi esmagado à força:
um comício foi dissolvido a bala, pela Força Pública
matando um trabalhador.
Em São Paulo, outro comício foi dissolvido
a patadas de cavalo e sabre de militares.

Outras categorias de trabalhadores
e os estudantes apoiavam os grevistas.
A polícia invadiu e depredou
o páteo da Faculdade de Direito,
e o governo mandou fechar a faculdade.
Um estudante de direito
saiu ferido à bala.

Ao mesmo tempo,
tropas de choque da polícia
invadiam as casas dos ferroviários,

espancando e ameaçando
mulheres e crianças
para que revelassem onde se encontravam
seus parentes grevistas.

Os operários que eram encontrados
eram levados por escolta
para as oficinas da Paulista
e ali obrigados a trabalhar
sob a mira das armas.

Os que resistiram foram para as prisões.

A violência foi tanta
que o comércio de Jundiaí fechou as portas.

Em Santos e Rio de Janeiro
os que protestaram contra a violência das autoridades
também foram presos, espancados,
e até alguns deportados, isto é,
expulsos do país.

A imprensa deu cobertura aos fatos,
sempre acusando os trabalhadores
e apoiando a violência do governo.

Mas, de tudo isso,
saíram mais unidos os ferroviários,
os outros trabalhadores e os estudantes.

41 — ANO DE 1907

Se era dura a repressão policial,
mais dura ainda eram as condições de vida
e a exploração capitalista
que os operários sofriam.
E mais forte era a sua esperança
na união e na luta da classe.
Tanto que não se deixavam desanimar
pela perseguição policial,
mas prosseguiam na luta, como veremos.

O 1.º de Maio daquele ano
conforme a recomendação do Congresso de 1906,
tinha como bandeira

a luta pelas 8 horas de trabalho.
Embora proibido pelas autoridades
foi comemorado com grandes concentrações
em várias cidades.

Como os patrões não se mostrassem dispostos
a reduzir as jornadas de trabalho,
restava aos trabalhadores fazer greve
para impor seus direitos aos patrões.

Paralizaram o trabalho primeiro
os operários das indústrias Matarazzo,
de produtos alimentícios.
Em seguida aderiram
praticamente todas as outras categorias:
metalúrgicos, construção civil,
utensílios domésticos, marmoristas,
serralharias, cerâmicas, curtumes, funilarias,
vidrarias, lavanderias,
sapateiros, cigarreiros, marceneiros,
relojoeiros e ourives,
e até mesmo os empregados da limpeza pública,
jardineiros e outros empregados municipais.

Recebiam também a solidariedade
de funcionários e pequenos comerciantes.

A greve se estendeu pelo interior do Estado:
Campinas, Santos,
Ribeirão Preto e São Bernardo.

Após 22 dias de greve, alguns setores,
construção civil e marcenarias,
sapateiros, canteiros e gráficos,
chapeleiros e parte dos têxteis
conseguiram vitória e voltaram ao trabalho.

Como outros setores ainda resistiam,
a Federação Operária
que dirigia o movimento grevista,
decidiu o boicote dos produtos
da empresa Matarazzo.

Finalmente, a 15 de julho,
tendo os outros setores conseguido vitórias,
cessou a greve.

Mas como sempre,
os patrões não cumpriam as promessas
feitas na hora da greve.
Numa metalúrgica de São Paulo,
depois de 11 dias,
os operários tiveram que voltar à greve
porque o patrão queria voltar atrás.

O mesmo aconteceu em setembro,
com outra metalúrgica,
e dessa vez a polícia
reprimiu violentamente os grevistas.

E preciso dizer
que embora essa greve geral tivesse vitórias,
eram vitórias parciais,
pequenas reduções do horário de trabalho,
mas nunca as 8 horas reclamadas pelos operários.

Há greves por todo o país
nesse mesmo ano.

No Rio de Janeiro,
duas greves dos carvoeiros
e uma dos pintores e eletricistas
do Teatro Municipal,
todas para redução do horário,
e parcialmente vitoriosas.

Em Pau Grande, estado do Rio,
greve vitoriosa dos tecelães.

Em São Paulo ainda,
greve das costureiras e cortadores,
perseguidos e espancados pela polícia.

Na Bahia, 2.000 tecelães
do Empório Industrial do Norte,
vão à greve por aumento salarial.
Cento e cinqüenta policiais
invadem a fábrica
e forçam um acordo entre patrões e empregados.

Para forçar o barateamento
dos gêneros alimentícios,

os trabalhadores organizam também
boicotes, ou "greves de compras".

Para protestar contra os altos aluguéis.
e lutar pelo seu barateamento,
fundam-se nesse ano
as Ligas do Inquilinato,
e faz-se propaganda
da greve do aluguel,
com o povo recusando-se a pagar os aluguéis.

A luta dos trabalhadores,
liderada pelos trabalhadores anarquistas
chegava a todos os setores da vida social,
inclusive a higiene.

Para apurar denúncias feitas pelos operários
o governo acaba por fazer uma investigação
nas oficinas da Imprensa Nacional,
pertencente ao próprio governo,
e descobre-se que das 46 crianças ali empregadas,
crianças de 12 a 14 anos,
apenas 15 não estavam tuberculosas.

Nas outras fábricas de todo o país
a situação era semelhante.

42 — ANO DE 1908

Os trabalhadores das Docas de Santos
eram obrigados a trabalhar
até 18 horas por dia.
Entram em greve pela diminuição da jornada.
Para o governo e a burguesia
a paralização do porto
era um grande prejuízo,
porque por ali passa toda a exportação do café.
Por isso, como sempre,
o governo enviou navios de guerra
do Rio de Janeiro para Santos.
A polícia atacou com tal violência
que os operários acabaram por responder
também com violência.
Houve explosões e tiroteios,
mortos e feridos.

Finalmente, não mais podendo resistir
à polícia e à Força Pública,
os operários foram vencidos.
Os que não estavam mortos, feridos,
presos ou deportados
foram obrigados a voltar ao trabalho
sob a mira das armas.
E o horário de trabalho continuou o mesmo.
Vão à greve os chapeleiros de São Paulo
para redução da jornada.
São derrotados
por causa dos fura-greves, ou "crumiros"
como se chamavam naquele tempo.

Greve do soleiros em Guarulhos,
de tecelões em São Paulo,
dos operários de Itu.

Em abril reune-se em São Paulo
o 2.° Congresso Operário Estadual de São Paulo.
Vinte e dois sindicatos tomaram parte.
A linha adotada era, praticamente,
a confirmação do Congresso Nacional
de 1906.

Durante esse ano,
encontrava-se no Congresso Nacional,
isto é, Senado e Câmara dos Deputados,
uma lei nova para ser votada,
que criava o serviço militar obrigatório.
Por todo o país os sindicatos operários
moveram uma campanha contra a lei,
contra o militarismo e as guerras,
o que provocou também forte perseguição policial.

43 — 1909 e 1910

Enquanto no sul do país
o movimento Operário
parecia passar por uma fase de desânimo,
durante esses dois anos,
cresce a luta operária no Nordeste.

Em janeiro de 1909
os ferroviários da estrada de ferro

Great Western, do Nordeste do Brasil
através de uma comissão de representantes,
apresenta aos diretores ingleses da Companhia
uma lista de reivindicações:

1. Aumento de 50% para os que ganhavam menos
de 250 mil reis mensais,
e de 20% para os outros.

2. Dois dias de folga por mês,
sem diminuição do salário
e sem ter que se apresentar as oficinas.

3. Responsabilidade da empresa
nos casos de acidentes de trabalho.

4. Que nos casos de doença,
os ferroviários não perdessem
nem o emprego nem o salário.

5. Mais dois passes livres para viagem,
por ano, para os ferroviários
e suas famílias.

6. Pagamento de diárias aos empregados
quando em serviço
fora de suas oficinas e seções.

Os ingleses se recusaram a atender.

Dia 12 de janeiro inicia-se a greve.

Oito mil e quinhentos ferroviários em greve.
1.300 quilômetros de estradas de ferro
paralizadas.

Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte
sem transporte ferroviário.
O povo nas ruas
apoiando os ferroviários,
pois também se sentia explorado
pelos altos preços do transporte
cobrados pelos ingleses.

Talvez por que se dirigia

contra patrões estrangeiros,
essa greve teve apoio fora do comum
de vários setores da sociedade.

A direção da greve
foi um modelo de boa organização.
No Centro dos Operários do Recife
a coordenação central da greve
sempre de plantão.
Comissões locais
em cada estação e entroncamento.
O telégrafo das estações
transmitindo notícias o tempo todo.
Piquetes organizados e pacíficos
garantindo a unidade da greve.

Movimentos de apoio financeiro
às famílias dos grevistas
organizados com a ajuda
dos estudantes e da Ordem dos Advogados.

Realizavam-se nos 4 estados atingidos
comícios, passeatas e manifestações
de explicação e apoio à greve.

A companhia inglesa
tentou trazer operários do sul
para furar a greve.
Cerca de oitenta chegaram até à Bahia,
mas a boa organização dos grevistas
impediu que tomassem o trabalho.

O governo federal mandou ordem
para que não se atendessem as reivindicações,
e que se utilizassem as "forças estaduais"
para acabar com o movimento.

Finalmente, com a intervenção de alguns conciliadores
o governo deu ordem para se criar
uma comissão mista,
de patrões e ferroviários,
para chegar a um acordo
e acabar logo com a greve.

Ao mesmo tempo em que mandava ordem

para que a tropa do exército
se pusesse ao serviço dos ingleses,
o governo federal prometeu
que ia interferir junto à Great Western
em favor dos trabalhadores.

Finalmente, após doze dias de greve,
os operários voltaram ao trabalho,
contando com a palavra do governador
de que parte das suas reivindicações
seriam atendidas.

Embora não completamente satisfeitos,
os ferroviários tiveram que aceitar
30% de aumento para os empregados
que ganhavam menos de 100 mil reis.
20% para os outros,
e 10% para os diaristas.
Dois dias de folga por mês,
e três passes livres por mês
para eles ou pessoas de suas famílias.

Mesmo se as reivindicações feitas
só foram atendidas parcialmente,
a greve foi uma grande vitória,
vitória da unidade e da organização,
vitória da força operária,
que mostrou que quando os trabalhadores param,
tudo pára.
Que mostrou que todo o lucro dos patrões
depende só do trabalho dos operários.

O ano de 1910 inicia-se,
principalmente nos estados do sul,
com um certo desânimo do movimento sindicalista.
Isto se explica, porque sendo nessas regiões
que grande parte dos operários eram estrangeiros,
a Lei Adolfo Gordo tinha feito
grandes estragos no movimento operário.
Dezenas de seus líderes tinham sido deportados,
vários sindicatos e Federações fechados,
após as grandes greves de 1906, 1907, 1908.

A polícia, porém, continuava vigilante.

As manifestações do 1.º de Maio de 1910
foram mais discretas
e não puderam se fazer em praça pública.

Assim mesmo, em várias cidades
foi comemorada a data,
através da imprensa operária,
e por meio de comícios, conferências
e apresentações teatrais,
dentro dos salões das organizações operárias.

Desenvolvem-se bastante, nessa época,
as atividades internas dos sindicatos,
principalmente centros de estudos,
conferências, bibliotecas,
tudo o que servisse
ao desenvolvimento cultural da classe.

Durante esse ano, também,
o Moivmento Operário Brasileiro
faz uma campanha de solidariedade,
junto com os operários do Uruguai,
para apoiar as reivindicações
dos trabalhadores Argentinos,
que pediam a liberdade para seus companheiros
que se encontravam presos
por causa de sua luta por direitos justos.

Sentiam-se os operários brasileiros
unidos a seus companheiros
dos países vizinhos,
assim como aos proletários do mundo todo,
pois sabiam que assim como o capitalismo
é o mesmo em todos os países,
explorando da mesma forma os trabalhadores,
assim também a mesma é a sorte de todos os proletários.
Sabiam que a luta de todos era uma só.

44 — ANO DE 1911

Reanima-se já o movimento de reivindicações.

Fundam-se novos jornais operários,
reorganizam-se sindicatos,
criam-se novas escolas para os filhos dos trabalhadores.

Recomeçam as greves:

Em Sorocaba paralizam o trabalho
os operários da construção civil
com adesão dos têxteis.
Os comerciários, de garçons a balconistas,
que participavam das Ligas operárias
apoiam os grevistas e o comércio fecha.
Pediam a redução do horário de trabalho
e depois de 15 dias obtêm vitória.

No Rio de Janeiro, greve dos sapateiros,
por aumento salarial,
vitoriosa, depois de um mês.

Em São Paulo, greve da construção civil,
por aumento de salário,
também vitoriosa depois de 20 dias.

45 — ANO DE 1912

O movimento ganhava força de novo.

Em São Paulo 5.000 operários,
das indústrias de calçados, têxteis e gráficas,
entram em greves.
Outras fábricas estavam prontas a aderir.
Os patrões e o governo se alarmam,
a polícia invade sindicatos,
persegue violentamente e prende operários.
Mesmo assim, os trabalhadores
das fábricas de calçados
resistem durante 5 meses e 12 dias.
Afinal conseguem vitória,
redução da jornada para 8 horas e meia,
e aumento de 10% de salário.

O 1.º de Maio foi comemorado em São Paulo
novamente em praça pública,
com concentrações no Largo da Concórdia
e no Largo de São Francisco,
com apoio dos estudantes.
O tema das comemorações desse ano
era a reorganização sindical
e o protesto contra a carestia.

Ainda no mês de maio
a Federação Operária de São Paulo
decretou novo boicote
aos produtos da indústria Matarazzo,
para baixar os preços da alimentação
e protestar contra os maus tratos
que essa indústria dava a seus operários.

Os gráficos de São Paulo
com uma greve de 15 dias
conseguem aumento de salário.
No Rio de Janeiro

reorganiza-se a Federação Operária
que havia sido desmantelada pela polícia,
e realiza-se um comício monstro
contra a repressão policial
que caía sobre os trabalhadores
do Rio e de São Paulo.

Nova greve nas Docas de Santos,
com 4.000 trabalhadores parados.
A polícia reprime violentamente.
Há mortos e feridos,
e, ao fim de 18 dias,
voltam ao trabalho
sob a ameaça das armas.

Em Juiz de Fora, a Liga Operária
decretou greve geral
para conseguir a jornada de 8 horas.
O exército foi deslocado para lá,
um comício foi dissolvido a bala,
deixando mortos e feridos.

Os trabalhadores não desistiam da luta,
mas a polícia continuava
com a mesma violência.

46 — O CONGRESSO DOS PELEGOS

Nesse ano também, procura se organizar
um outro tipo de movimento operário,
que já contava com alguns pequenos grupos

tentando atuar nos sindicatos.
Tratava-se do sindicalismo
ligado à política dos partidos,
e que era liderado
por gente que queria se promover
na política nacional,
e conseguir privilégios pessoais,
servindo-se do movimento operário.
Queriam para isso,
fazer com que os sindicatos
servissem à política dos partidos.

Assim, em novembro de 1912,
o deputado Mário Hermes,
filho do então presidente da República,
Marechal Hermes da Fonseca,
ligado com um tal Pinto Machado,
presidente de um sindicato
que queria se promover individualmente,
planeja um congresso operário
que foi chamado
4.° Congresso Operário Nacional.
Ninguém sabe porque foi chamado de 4.° congresso,
porque até aquela data
só tinha havido um congresso nacional,
realmente operário, o de 1906.
As autoridades e a imprensa
deram todo o apoio ao congresso, patrocinado pelo
governo que desta vez,
em vez de negar que no Brasil
houvesse um problema operário,
queria se apresentar agora
como defensor dos trabalhadores.

A grande maioria das organizações operárias
respondeu se negando a participar,
apontando os interesses políticos do governo,
que não eram verdadeiros interesses
das classes trabalhadoras.

Apesar disto, muitas organizações,
principalmente atraídas
pelas passagens pagas pelo governo
enviaram seus representantes.
Participaram cerca de 33 sindicatos,

a maioria de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul,
um do Rio Grande do Norte, um do Ceará,
um do Maranhão e um de Pernambuco,
apenas seis do Rio de Janeiro,
e nenhum de São Paulo
e outros estados.

O governo financiou tudo,
e assim realizou-se
o "Congresso dos Pelegos".

Aprovaram a criação de um partido político,
"Confederação Brasileira do Trabalho,"
para disputar eleições no país.
Mas esse partido nunca chegou a funcionar.

Algumas das conclusões do congresso
eram semelhantes às reivindicações
que os trabalhadores sempre fizeram:
jornada de 8 horas,
direito à aposentadoria,
proteção para acidentes de trabalho,
regulamentação do trabalho
de mulheres e crianças etc.

Mas algumas resoluções
eram bem contrárias
à linha geral do movimento operário:
a criação de um partido político,
a colaboração com o governo,
e a transformação dos sindicatos
de organização de luta e reivindicação
em órgãos de assistência, beneficência
e cooperativismo.
Isto é, queriam fazer o sindicalismo
andar para trás.

Mas embora esse congresso
tenha servido para Mário Hermes
se eleger mais uma vez,
em nada mudou o Movimento Operário nacional.

47 — ANO DE 1913

Com as dificuldades econômicas

que atingiam a indústria nesse ano,
piorava ainda a situação
da classe operária.

O custo de vida subia, subia...
Algumas indústrias fechavam,
outras diminuiam a produção
e dispensavam centenas de operários.

Aumentavam de repente
o desemprego e a miséria.

O movimento Operário
ganha novo impulso.

O dia 1.º de maio
é comemorado em todo o país,
apesar da perseguição policial.
Em São Paulo o comício comemorativo
tem que ser mudado de local na última hora
para escapar à repressão da polícia
que acabava de invadir a Federação Operária.

Em Santos, mais de 10.000 pessoas
comparecem à comemoração.
Também no Rio em Belo Horizonte,
Campinas, Ribeirão Preto e Juiz de Fora
foram feitas grandes comemorações.

Por toda a parte, o grande assunto
do dia 1.º de Maio
foi o protesto contra a lei Adolfo Gordo.

Mais experiente e melhor organizado,
o Movimento Operário ganhava nova vida
e resistia melhor à pressão da polícia,
que, do seu lado,também aumentava.

Em junho realizaram-se outra vez,
em várias cidades do país
comícios contra a lei Adolfo Gordo

2.000 operários
das fábricas de juta de São Paulo
foram à greve exigindo aumento de salário.

Os patrões não atenderam
dando como desculpa a crise econômica do país.
Essa crise servia por toda parte
como desculpa para os patrões
diminuirem os salários
e aumentarem de novo as jornadas de trabalho.

As indústrias têxteis, gráficas e metalúrgicas,
em São Paulo, dispensavam trabalhadores.

No meio de todas essas dificuldades,
o Movimento Operário Brasileiro
consegue realizar no Rio de Janeiro
o segundo verdadeiro Congresso Operário.
Participaram duas Federações estaduais,
do R. G. do Sul e de Alagoas,
cinco Federações locais,
de Santos, Rio de Janeiro, Porto Alegre,
Pelotas e Maceió,
e mais cinqüenta e dois
sindicatos, sociedades e ligas
dos estados do Pará, Amazonas,
Rio de Janeiro, São Paulo,
Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Cada federação presente
representava a reunião de vários sindicatos
o que mostra muito bem
o quanto já se havia desenvolvido
o movimento sindical até aquele ano.

A linha afirmada no congresso
era basicamente a mesma
do primeiro congresso de 1906,
e dava especial importância
ao fortalecimento, alargamento
e organização do movimento sindical.

A realização desse congresso,
em momento tão difícil
para os trabalhadores brasileiros
foi uma injeção de vida nova
para todo o movimento operário.

48 — 1914 — GUERRA NA EUROPA

No ano de 1914 aumentam os sofrimentos
das classes trabalhadoras do Brasil.

A guerra que estourou na Europa
faz aumentar os preços dos artigos
principalmente da alimentação.
Os proprietários de imóveis
querendo aumentar os aluguéis
despejam à força os moradores.
A Europa, que por causa da guerra
já não produzia mais o necessário
para o sustento da população
comprava tudo o que o Brasil
quisesse vender.
Por isso, os capitalistas brasileiros
preferiam vender para a Europa
a preços altos o que se produzia aqui.
Assim, faltavam gêneros
para o consumo da população brasileira
e o que ficava aqui era vendido
cada vez mais caro.
Os industriais queriam aumentar a produção
para aumentar seus lucros e seu capital
e para isso exploravam o mais que podiam
a força de trabalho dos operários.
A guerra servia de desculpa
para aumentarem de novo
as horas de trabalho
e também para diminuições nos salários.

Os militantes operários brasileiros
começaram então a perceber
que a guerra só trazia benefícios
para a burguesia capitalista
enquanto trazia mais miséria e exploração
para a classe trabalhadora.

Percebiam também que a própria guerra
era o resultado das rivalidades
de interesses comerciais e industriais
dos capitalistas dos grandes países,
e quem sofria com isso
eram os trabalhadores do mundo todo.

Por isso, o Movimento Operário
começou a se mobilizar
para protestar por toda a parte do Brasil
contra a carestia da vida,
contra os despejos para aumento de aluguéis,
contra a redução dos salários
e o aumento da jornada de trabalho,
e também para protestar contra a guerra.

Esses protestos foram o tema
das manifestações do 1.º de maio naquele ano.
No Rio e em Petrópolis,
a polícia impediu as manifestações.
Em Belo Horizonte foi realizado
um grande comício promovido
pelo Centro Operário Sindical.

Em São Paulo, no mês de agosto,
realiza-se um grande comício contra a guerra,
que, embora proibido pela polícia,
foi feito sob a mira de metralhadoras.

No mesmo mês, funda-se em São Paulo
o "Comitê Proletário de Defesa Popular",
que realizou ao mesmo tempo
comícios em vários bairros industriais,
como o Brás, Mooca, Bom Retiro, Lapa e Belenzinho,
protestando contra a guerra,
a alta do custo de vida e a desocupação das casas.

A luta pelas 8 horas de trabalho
e aumento dos salários
também continuava.

Assim, acontecem várias greves.

Em Sorocaba os têxteis entram em greve
para exigir que os salários fossem reajustados,
pois tinham sido diminuídos em 25%,
e para exigir redução da jornada de trabalho.
Ocuparam as fábricas e,
depois de alguns dias,
os industriais tiveram que aceitar
as exigências dos trabalhadores.

Os ferroviários da Sorocabana
também entraram em greve
pelos mesmos motivos,
mas por falta de boa organização,
e pela perseguição da polícia,
essa greve falhou.

No fim de 1914, funda-se em São Paulo
a "União Geral dos Trabalhadores de São Paulo".
Por toda a parte, a luta dos trabalhadores
procurava sempre as mesmas conquistas imediatas:
melhoria de salário e diminuição da jornada
ou descanso semanal.
Mas começa a aparecer no Movimento Operário
a idéia de que,
partindo dessas reivindicações,
podia-se organizar uma greve geral
que paralizasse todo o país.
Através dessa greve
o proletariado enfrentaria diretamente o governo
e poderia tomar o poder.
Viam eles que só com o poder na mão dos trabalhadores
é que se poderiam resolver os problemas.

49 — 1915 — 1916 — AINDA A GUERRA

Continua a guerra, a exploração e a carestia.
Só no ano de 1916
o preço do arroz aumentou 89%,
o do feijão aumentou 74%,
e o da carne de charque 78%.
Continua também a luta operária.
O 1.º de maio é uma manifestação de protesto
em todo o país.
Em São Paulo, nesse dia, foi feita
uma grande passeata contra a guerra,
saindo da Praça da Sé e percorrendo todo o centro.
Nas faixas que os trabalhadores carregavam se lia:

"Abaixo a guerra, abaixo a exploração capitalista",
"Paz entre nós, guerra aos capitalistas".

No Rio de Janeiro, fundou-se
a "Comissão Popular de Agitação contra a Guerra",
com participação de várias organizações operárias,

que realizava comícios de protesto.
No comício do Rio,
5.000 pessoas participaram.

Em outubro, a Confederação Operária Brasileira
realizou no Rio
o Congresso Internacional da Paz,
com a participação de sindicatos
de São Paulo, Minas. Alagoas,
Pernambuco, Rio Grande do Sul,
e com delegações de trabalhadores
da Argentina, Espanha e Portugal.
Na mesma ocasião fez-se um imenso comício.

Em 1916 a União Geral dos Trabalhadores
realiza um comício de protesto em São Paulo.

Mas de certo modo, nesses primeiros anos da guerra,
o movimento operário brasileiro
parecia menos combativo e organizado
do que nos anos anteriores.
Isso se explica em parte
porque com o aumento da indústria
provocado pela guerra,
como já vimos,
aumentava também de repente
o número de operários nas fábricas;
desta vez já não são mais operários europeus
que vêm fornecer mais mão de obra
para as novas indústrias,
mas já grande número de brasileiros,
acabados de chegar da lavoura
ou de outras partes do país,
ainda sem conhecimento e experiência
da luta operária.
Foi preciso algum tempo
para que esses recém-chegados
ao operariado brasileiro
pudessem compreender e engajar-se
na luta de seus companheiros mais antigos.

Mas isso não tardou a realizar-se.
como veremos pelos acontecimentos
do ano de 1917.

50 — 1917 — A GREVE GERAL

Parecia impossível, mas naquele ano
a situação ficou ainda pior para o povo.
A guerra, grande negócio para os capitalistas,
arrancava dos trabalhadores
até a última gota de suor.
Os artigos de primeira necessidade
que já se vendiam a um preço absurdo,
dessa vez desapareceram do mercado.
Os que possuíam alimentos armazenados
especulavam com os preços
vendendo-os até 10 vezes acima do valor.
Enquanto isso os salários
ficavam na mesma ou até diminuíam.

Para os capitalistas,
industriais e comerciantes,
era muito mais vantajoso
vender alimentos aos países europeus
do que ao povo brasileiro.
A Europa pagava caro
para alimentar seus exércitos em guerra.

Só em 1917, enquanto o povo aqui passava fome,
o Brasil exportou, isto é,
vendeu para outros países,
22 mil toneladas de arroz,
50 mil toneladas de feijão,
30 mil toneladas de carne congelada.
O lucro ia para o bolso dos capitalistas,
e a fome para o estômago dos trabalhadores.

A situação estava pronta para estourar.
O povo não agüentava mais.
O governo sabia disso
e preparava a polícia para reprimir
qualquer revolta popular.

Durante os primeiros meses do ano
14 greves houve em São Paulo,
sendo algumas de uma só fábrica,
outras de várias fábricas do mesmo setor.

No Rio também se sucederam as greves:

Primeiro dos operários das fábricas de móveis,
porque seus salários tinham sido diminuídos.
Depois, os operários têxteis
que tinham faltado ao trabalho
para participar das comemorações do 1.º de Maio
sendo por isso punidos, entraram também em greve.
A greve foi se alastrando por outros setores.

A grande dificuldade para se manterem as greves
naqueles anos de carestia,
era que a situação financeira dos trabalhadores
era tão ruim
que depois de poucos dias sem trabalhar
as famílias dos grevistas
não podiam mais suportar a fome,
pois não contavam com nenhuma economia ou reserva
para poder sobreviver durante a greve.
Por isso, durante essas greves no Rio
os trabalhadores de Petrópolis e Juiz de Fora
enviavam auxílios a seus companheiros cariocas.

Também no Rio Grande do Sul,
os ferroviários entram em greve,
contando desta vez com apoio da população.
Assim, conseguiram sair vitoriosos,
obtendo aumento de salário,
assistência médica e ordenado integral
nos casos de acidente de trabalho,
jornada de 8 horas e meia de trabalho
com pagamento de horas extras.

Finalmente, no mês de junho de 1917,
inicia-se em São Paulo
a maior greve do tempo da Resistência Operária,
não só do Brasil,
mas de toda a América Latina.

Iniciou-se o movimento com uma greve
de 2.000 operários têxteis
exigindo aumento de salários.

Os patrões recusam-se a atender,
e o governo manda a polícia
perseguir os grevistas.
Vários militantes foram presos.

Indignados com isso
pouco a pouco, todos os trabalhadores da cidade
partiram para a greve.
No dia 12 de julho
havia já 15.000 operários em greve.
Dois dias depois já eram 40.000.

A greve se espalha por Santos, Campinas,
São Bernardo e finalmente por todo o estado.

O "Comitê de defesa proletário",
que reunia os grevistas.
fazia várias exigências aos patrões e ao governo:

1. Liberdade para os militantes presos,
e que nenhum fosse dispensado do trabalho
por ter participado ou liderado a greve.

2. Fim da exploração do trabalho
de menores de 14 anos,
e fim do trabalho noturno para mulheres
e menores de 18 anos.

3. Aumento de 35% para os salários mais baixos
e de 25% para os outros.

4. Pagamento feito cada 15 dias,
e garantia de trabalho permanente.

5. Jornada de trabalho de 8 horas
e semana-inglesa (36 horas seguidas de descanso).

6. Aumento de 50% em todo trabalho extra.

O que mais amedrontava os patrões
não eram as reivindicações feitas,
pois essas já eram conhecidas havia anos,
mas sim a importância do movimento grevista.
Os trabalhadores ocuparam as ruas;
fábricas, comércio e transporte ficaram parados.
Os grevistas abriam os armazéns
onde estavam acumulados os gêneros alimentícios
e os distribuíam à população.

Também em Santos, apesar dos navios de guerra

que o governo enviou para o porto,
os trabalhadores abriam os armazéns do porto
e distribuíam os gêneros alimentícios aos grevistas.

Por toda parte, choques violentos
entre a polícia e os grevistas.

Os patrões se recusando a atender,
o governo apoiando os patrões
manda a polícia contra os operários.
Entretanto, vários jornais de São Paulo
criaram um Comitê da Imprensa
para servir como intermediários
entre trabalhadores e patrões.
Voltaram com a promessa dos patrões
de que as reivindicações seriam atendidas.

O povo realiza um comício
de comemoração da vitória
do qual participaram 80.000 pessoas.

Mas assim que cessou a greve
e os operários voltaram ao trabalho,
a polícia armou uma grande perseguição
aos militantes dos sindicatos
que tinham liderado a greve,
prendendo-os, torturado-os e expulsando-os do país.
As promessas não foram cumpridas,
a carestia continuou a piorar,
apenas alguns setores e fábricas
deram um pequeno aumento de salário
por medo de outra greve semelhante.

Mais uma vez, usando a violência policial,
o governo apoiava a burguesia
para enganar os trabalhadores.

No Rio de Janeiro, Minas Gerais,
Pernambuco, Paraná e Pará
levantava-se a solidariedade
aos trabalhadores paulistas
e preparava-se também a greve geral.

Mas a greve de São Paulo

tinha sido para os próprios trabalhadores
uma demonstração de sua força e unidade.
Sabiam agora que a greve geral era possível.
Assim, já em setembro do mesmo ano,
faz-se em Recife outra greve geral.
Iniciou-se pelos empregados da construção civil,
seguidos pelos estivadores,
motorneiros de bondes, ferroviários
e as demais categorias.
Por falhas de organização,
e pela falta de alimentação nos lares operários,
tiveram que cessar a greve, obtendo apenas
uma vitória parcial.
Mas, mais uma vez,
tinham mostrado sua unidade
e a possibilidade de uma greve geral.

Tudo isso vai trazer consequências
no ano de 1918.
No fim do ano de 1917,
com a desculpa da guerra,
o governo decreta o estado de sítio,
isto é, considera o país em estado de guerra.
Proibe qualquer ato ou manifestação pública,
decreta o fechamento dos sindicatos de ofícios
e das federações operárias.
A polícia invade as organizações,
prende centenas de operários
para cumprir as ordens do governo.

Mas a partir daí, a guerra estava mesmo declarada,
mas entre os trabalhadores e o governo.
Os operários estavam certos da sua força,
depois das experiências de greve geral.
Além disso, a situação econômica era tão ruim
que não havia mesmo condições de se conformar.
De toda parte do mundo chegavam notícias
da luta operária.
A mais importante dessas notícias,
e que mais animava os trabalhadores brasileiros
era a da revolução realizada na Rússia:
A notícia de que naquele país, os socialistas comunistas
estavam tomando o poder da burguesia
e reorganizando o país de modo não capitalista
com um governo proletário.

51 — 1918 E 1919 — O FIM DA GUERRA

Esses dois anos foram anos de luta contínua.
Greves, parciais ou gerais,
estouravam em todas as cidades do país
em que houvesse operários.
Comícios e manifestações de protesto
ou de solidariedade à Revolução Russa
e ao proletariado internacional.

O governo já não tinha mais limites
para a repressão aos operários.
Mandava as tropas do exército
para dissolver à bala comícios e greves.
Prisões, feridos e mortos em toda parte.

Em 1919, mais de 100 operários estrangeiros
foram expulsos do Brasil
por causa de sua militância operária.

Para contarmos todos os acontecimentos
desses dois anos de luta
teríamos que fazer um outro caderno
quase tão grande quanto este.

(Podemos encontrar detalhes sobre
a luta desses anos no livro
"História das luta sociais no
Brasil", de Everardo Dias —
Editora Edaglit — ou no
"Caderno da História, n.º 6 —
editado pelos alunos de História
da Universidade de São Paulo
em junho de 1976).

A greve geral revolucionária,
que tomaria o poder da burguesia,
desejada pelos anarquistas,
não chega a se realizar
pois o movimento operário não tinha conseguido
o grau de organização necessário para isso
e além, disso, ainda naquela época,
em comparação com o restante da população,
a classe operária era uma pequena minoria.

52 — A CLASSE OPERÁRIA MOSTROU SUA FORÇA

Mas a burguesia e o governo ficam com medo.
Percebiam que o movimento crescia
e poderia mesmo por em perigo
o poder e a organização
do capitalismo no Brasil.
Eles sabiam que o poder e a riqueza do capitalismo
depende basicamente
da exploração do trabalho do operário,
e necessitava de uma classe operária
sossegada, disciplinada e trabalhadora.
Por isso, alguns patrões e políticos
começam a ver que mesmo para defender
os seus próprios interesses,
era preciso dar aos trabalhadores
algumas leis sociais e trabalhistas
que os acalmassem e fizessem cessar as greves.
Percebiam que atender às reivindicações
podia dar menos prejuízo a eles
do que as constantes greves.

Mesmo assim, a coisa fica só em palavras,
naqueles anos,
só sendo de fato criada essa legislação
muitos anos mais tarde,
como veremos depois.
Naquele momento, o governo preferia
continuar a tratar o problema operário
como "um caso de polícia"
e resolver o problema com a força militar.

Em 1920, o movimento operário encontra-se
com sua organização praticamente destruída
pela violência militar do governo.
Também a unidade e força dos grupos anarquistas
começava a se enfraquecer.
Outros grupos, principalmente comunistas,
começavam a se formar
mas ainda não tinham a liderança
do movimento operário no Brasil.
Podemos considerar que nesse momento,
terminava a fase da Resistência Operária,
e começa um novo período
da história da classe operária brasileira.

com características bem diferentes
que estudaremos em nosso próximo caderno.

53 — A LEGISLAÇÃO SOCIAL — FRUTO DAS LUTAS OPERÁRIAS

É importante, porém, frisar
que toda essa luta de quase trinta anos
teve importância enorme
para o futuro da classe operária.
Ao final dos trinta anos,
praticamente nenhuma das reivindicações
tinha sido obtida definitivamente.
Apenas algumas poucas conquistas parciais.
O aparente fracasso dessa luta,
escondia porém, uma vitória verdadeira
que só vai aparecer anos mais tarde
quando o governo finalmente
criou a legislação trabalhista.
O proletariado tinha mostrado
com uma coragem enorme,
sua capacidade de unir-se e lutar,
de resistir à violência policial,
tinha mostrado que sem os trabalhadores
o capitalismo e a organização social
não podem sobreviver.
Tinham mostrado que podiam
por em perigo o poder
da burguesia e seu governo.

Embora o governo tivesse conseguido
naquele momento
abafar a luta pela violência militar,
sabia que um dia ou outro,
a luta operária poderia se reorganizar,
mais experiente e mais forte,
pois a própria classe operária
continuava crescendo.

Essa foi a verdadeira razão pela qual
alguns anos depois,
o governo concede as leis trabalhistas,
pois não podia mais confiar apenas
na força policial
para manter os operários trabalhando
sem protestar.

Tudo o que o operariado brasileiro
já pode conseguir como melhoria
foi sempre fruto de sua luta
que desde os primeiros anos,
foi, como vimos, sangrenta.

54 — LUTAS PELAS LEIS E PELO SEU CUMPRIMENTO

Importante também é dizer
que a luta operária foi necessária
não apenas para conseguir as leis
mas também para conseguir que as leis existentes
fossem cumpridas.

Por exemplo, o direito de greve
estava reconhecido pelo governo
por um decreto de 1890.
O direito de livre associação em sindicatos
estava assegurado por uma lei de 1907.
Entretanto, durante todo o período,
o próprio governo empregava sua força
para impedir greves e organizações.

Em 1891 foi feito um decreto
regulamentando o trabalho dos menores
no Rio de Janeiro.
Mas este decreto ficou só no papel,
como já sabemos.

Por que então,
o governo fazia leis
que não pretendia cumprir.

A verdade é que essas leis
eram feitas mais para "uso externo",
isto é, para o Brasil aparecer bem
diante dos outros países
que já estavam também fazendo leis sociais,
eles também pressionados pela luta operária.

55 — A INFLUÊNCIA DO TRATADO DE VERSALHES

Por causa desse costume
do governo da burguesia brasileira
de querer aparecer melhor

aos olhos dos estrangeiros
houve um outro fato
que teve uma certa importância
para o aparecimento das leis trabalhistas.

Trata-se do Tratado de Versalhes,
tratado de paz,
feito no fim da guerra
pelos países nela envolvidos.

Terminada a guerra no início de 1919,
reuniram-se em Versalhes, na França,
representantes de todos os países
que tinham entrado na guerra,
para negociar um acordo de paz.

O Brasil, que tinha se metido um pouco na guerra
do lado dos aliados,
também participou.

Acontece que todos os governos representados
eram governos que defendiam a burguesia
que se encontrava no poder em cada país.
Muitos desses governos,
por causa do avanço da luta proletária
em seus países,
já tinham sido obrigados
a conceder alguns direitos aos operários.
Isso diminuia um pouco o lucro da burguesia,
que aumentava o preço dos produtos
para compensar seu custo mais alto.
Queriam que todos os outros países
fizessem a mesma coisa,
pois não gostavam da concorrência
dos produtos mais baratos
dos países que não tinham legislação trabalhista.
Estes, explorando mais o trabalhador,
podiam vender mais barato
sem perder seu lucro.

Por essas razões,
e por meio das revoltas operárias,
foi incluido no Tratado de Versalhes
um artigo que obrigava
todos os países que o assinaram

a criar uma legislação social
concedendo direitos aos trabalhadores.
Tendo o Brasil assinado esse acordo,
era mais uma razão para forçar o governo
a fazer uma legislação social,
nem que fosse só para salvar a cara
diante da política internacional.

Durante os anos de Resistência,
alguns deputados idealistas,
com idéias socialistas,
como Maurício de Lacerda, por exemplo,
tentaram fazer passar na Câmara
projetos de leis sociais.
Mas tais projetos sociais
foram sempre derrotados nas votações.

Só mesmo a luta incansável e corajosa
da própria classe operária
é que foi o fator decisivo
para a obtenção dos poucos direitos
que hoje são assegurados aos trabalhadores
pela legislação Brasileira.

A Classe Operária só a si mesma deve
aquilo que até hoje conseguiu.

ACO — Brasil — 1977

LIVROS EM QUE PESQUISAMOS PARA ESCREVER OS CADERNOS

FLORESTAN FERNANDES — ed"Mudanças Sociais no Brasil"
ed. Difusão Européia do Livro.
— "A Revolução Burguesa no Brasil"
ed. Zahar

CELSO FURTADO — "Formação Econômica do Brasil"
ed. Fundo de Cultura

EDGAR CARONE — "A República Velha"
ed. Difusão Européia do Livro

DIVERSOS AUTORES — "Brasil em Perspectiva"
ed. Difusão Européia do Livro

NICIA VILELA LUZ — "A Luta Pela Industrialização do Brasil"
ed. Alfa - Omega

CAIO PRADO JUNIOR — "História Econômica do Brasil"
ed. Brasiliense

NELSON WERNCK SODRÉ — "História da Burguesia Brasileira"
ed. Civilização Brasileira
— "Formação Histórica do Brasil".

ERNANI SILVA BRUNO — "História do Brasil — geral e regional"
ed. Cultrix

HÉLIO VIANNA — "História do Brasil"
ed. Melhoramentos

JOÃO CRUZ COSTA — "Pequena História da República"
ed. Civilização Brasileira

MANOEL DO Ó — "100 Anos de Suor e Sangue"
ed. Vozes

EDGR RODRIGUES — "Socialismo e Sindicalismo no Brasil"
ed. Laemmert

CLOVIS MOURA — "Rebeliões da Senzala"
ed. Conquista

C. A. GOMES CHIARELLI — "Teoria e Prática do Sindicalismo no Brasil"
ed. LTr.

EVERARDO DIAS — "História das Lutas Sociais no Brasil"
ed. Edaglit

LEONCIO RODRIGUES — "Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil"
ed. Difusão Européia do Livro

A. da ROCHA BARROS — "Origens e Evolução da Legislação Trabalhista"
ed. Laemmert

J. ARBERTINO RODRIGUES — "Sindicato e desenvolvimento no Brasil"

Centro de ESTUDOS HISTÓRICOS — UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Caderno de História n.º 6.